Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 2: O Caso da Alta Mogiana



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

EDITORA ARTEMIS
2026

Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 2: O Caso da Alta Mogiana



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

EDITORA ARTEMIS
2026

2026 *by Editora Artemis*
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2026 Os autores
Copyright da Edição © 2026 Editora Artemis

O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M.ª Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M.ª Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadores	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira
	Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers
Financiamento	Este trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7
Imagem da Capa	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira - Arquivo pessoal
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.ª Dr.ª Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.ª Dr.ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.ª Dr.ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuat*o, México
Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Dr. Cristo Ernesto Yáñez León – New Jersey Institute of Technology, Newark, NJ, Estados Unidos
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Prof.ª Dr.ª Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México
Prof.ª Dr.ª Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal*, Canadá
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona,* Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof.ª Dr.ª Galina Gumovskaya – Higher School of Economics, Moscow, Russia
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis,* Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnido da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof. Dr. Guillermo Julián González-Pérez, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg*, Suécia
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College*, Estados Unidos
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil
Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo,* México
Prof. Dr. Juan Porras Pulido, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof.ª Dr.ª Lívia do Carmo, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Simões, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal
Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, Universidade Federal de Itajubá, Brasil
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria da Luz Vale Dias – Universidade de Coimbra, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª MªGraça Pereira, Universidade do Minho, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Guadalupe Vega-López, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof. Dr. Melchor Gómez Pérez, Universidad del Pais Vasco, Espanha
Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional, México
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará, Brasil
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP, Brasil
Prof.ª Dr.ª Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University,* Russia



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof.ª Dr.ª Susana Álvarez Otero – Universidad de Oviedo, Espanha
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia
Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F672 Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas [livro eletrônico] : Volume 2: O Caso da Alta Mogiana / Organizadores Rubmara Ketzer Oliveira, Eduardo Eugênio Spers. – 1. ed. – Curitiba, PR: Editora Artemis, 2026.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-82858-17-8
DOI 10.37572/EdArt_060826178

1. Indicações geográficas. 2. Marcas coletivas. 3. Alta Mogiana (SP). I. Ketzer Oliveira, Rubmara. II. Spers, Eduardo Eugênio.

CDD 341.758

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

PRÓLOGO

Este livro é fruto do Projeto **"Fomento das indicações geográficas para desenvolvimento sustentável no campo: Indicações geográficas, relação custo-benefício para agroalimentos e difusão da prática como forma de agregar valor aos sistemas agrícolas brasileiros"**, desenvolvido na Universidade de São Paulo, por meio da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7.

Os organizadores e autores registram seu reconhecimento e agradecimento à FAPESP pelo apoio institucional e financeiro, fundamental para a realização das pesquisas de campo, visitas técnicas, análises, articulações interinstitucionais e atividades de difusão científica que tornaram possível a construção desta obra. O suporte concedido reafirma a relevância das políticas públicas de fomento à pesquisa para o avanço do conhecimento aplicado ao desenvolvimento territorial sustentável.

As Indicações Geográficas consolidaram-se, nas últimas décadas, como importantes instrumentos de valorização territorial, capazes de articular origem, identidade, produção, cultura, conhecimento tradicional e desenvolvimento econômico. Em países como o Brasil, marcados por grande diversidade ambiental, produtiva e sociocultural, esses mecanismos assumem papel estratégico ao reconhecer singularidades locais, fortalecer arranjos produtivos, estimular a cooperação entre os atores e promover formas coletivas de agregação de valor.

Esta obra dá continuidade às reflexões iniciadas no primeiro volume, dedicado à Serra da Canastra e à experiência de consolidação do Queijo Canastra como produto de origem reconhecida. Se naquele contexto a análise se concentrou nas relações entre tradição, patrimônio cultural, organização produtiva e reconhecimento territorial, o presente volume volta-se à Alta Mogiana, região historicamente vinculada à cafeicultura e reconhecida pela produção de cafés especiais de elevada qualidade.

Ao longo de seus 14 capítulos, este Volume II reúne estudos que analisam a Indicação Geográfica Alta Mogiana sob diferentes perspectivas, integrando contribuições da história, geografia, agronomia, economia, administração, gestão, educação, inovação, sustentabilidade, comunicação e comportamento do consumidor. O conjunto evidencia que uma Indicação Geográfica não se limita à delimitação de um território ou à concessão de um registro formal. Sua consolidação depende da interação entre recursos naturais, conhecimentos produtivos, instituições, estratégias de governança, relações de mercado e significados construídos coletivamente.

Os capítulos iniciais recuperam a trajetória histórica da **Indicação Geográfica Alta Mogiana** a partir da visão de seus pioneiros e do engajamento dos stakeholders que participaram de sua construção. Em seguida, a obra aborda os processos de

uso e ocupação do território, as transformações econômicas e sociais da região e as possibilidades de integração entre cafeicultura, Indicação Geográfica, desenvolvimento territorial e turismo. A caracterização ambiental complementa essa leitura ao apresentar as dinâmicas de uso e cobertura da terra, as condições climáticas e edáficas e os desafios relacionados à conservação dos atributos naturais que sustentam a qualidade e a identidade dos cafés produzidos na região.

Na sequência, o livro amplia a análise para o sistema agroindustrial do café no Brasil, situando a Alta Mogiana em um contexto marcado por transformações produtivas, mudanças regulatórias, exigências socioambientais e novas tendências de consumo. A discussão sobre território, qualidade e reputação demonstra como a origem geográfica, a tradição produtiva e as condições edafoclimáticas contribuem para a diferenciação do café e para a construção de confiança junto ao mercado. A Indicação Geográfica assume, assim, o papel de sinal de procedência e autenticidade, capaz de reduzir incertezas e ampliar o valor percebido dos produtos associados ao território.

Outro eixo central da obra refere-se ao papel das instituições públicas, das entidades de fomento e dos mecanismos de gestão na estruturação e no fortalecimento da Indicação Geográfica. Os capítulos dedicados a essa temática evidenciam que a consolidação da Alta Mogiana resulta de esforços articulados envolvendo regulamentação, assistência técnica, organização dos produtores, formação da governança e preparação dos empreendimentos para o mercado. A aplicação de ferramentas de gestão estratégica permite identificar forças, fragilidades, oportunidades e ameaças, além de propor ações voltadas à ampliação da adesão à IG, à valorização da origem e ao fortalecimento da coordenação institucional.

A governança territorial também é examinada a partir dos desafios decorrentes da sobreposição entre a Indicação de Procedência Alta Mogiana e a Indicação de Procedência Sudoeste de Minas. Essa situação revela tensões entre os limites estabelecidos pelas normas, os vínculos de pertencimento e as identidades construídas historicamente pelos atores locais. Ao mesmo tempo, demonstra que áreas de interseção podem representar tanto riscos de fragmentação institucional quanto oportunidades para a cooperação, o diálogo e a construção de arranjos compartilhados de valorização territorial.

A obra avança na compreensão da Indicação Geográfica como um possível ecossistema de inovação. Nessa perspectiva, sua capacidade de gerar novos conhecimentos, arranjos produtivos e formas de organização depende da qualidade das relações entre os atores, da gestão dos conflitos, da mediação das assimetrias de poder e da construção de objetivos compartilhados. A inovação territorial não decorre automaticamente da certificação, mas da capacidade coletiva de transformar recursos, conhecimentos e vínculos institucionais em novas oportunidades de desenvolvimento.

Nesse processo, a educação profissional ocupa posição estratégica. A formação técnica vinculada às especificidades da cafeicultura regional contribui para integrar conhecimentos científicos e saberes tradicionais, qualificar a mão de obra, fortalecer a identidade produtiva e preparar profissionais para atuar em uma cadeia cada vez mais orientada pela qualidade, sustentabilidade e inovação. A aproximação entre educação, território e sistema produtivo amplia as possibilidades de inserção profissional e contribui para a continuidade dos conhecimentos e práticas associados à cafeicultura da Alta Mogiana.

Os desafios da sustentabilidade são abordados por meio da análise das relações entre Indicações Geográficas, certificações de qualidade, normas voluntárias, neutralidade de carbono e novas exigências ambientais. Os estudos demonstram que esses instrumentos possuem objetivos distintos, embora possam atuar de forma complementar na agregação de valor, na rastreabilidade e na melhoria do desempenho socioambiental da cadeia. A agricultura regenerativa é apresentada tanto como conjunto de práticas voltadas à conservação do solo, da água e da biodiversidade quanto como narrativa de diferenciação e fortalecimento da identidade territorial.

Nos capítulos finais, a obra desloca o olhar para a comunicação e para o consumidor. As narrativas presentes nas embalagens dos cafés especiais revelam como tradição familiar, território, sustentabilidade, qualidade sensorial e afetividade são mobilizados na construção de valor simbólico. O café passa a comunicar não apenas atributos físicos, mas histórias, memórias, paisagens e modos de vida associados à Alta Mogiana. Essa dimensão é complementada pela análise das emoções e motivações envolvidas no consumo, demonstrando que a experiência com o café reúne benefícios funcionais, estímulos sensoriais, lembranças e significados que influenciam a percepção e a valorização do produto.

Ao reunir contribuições de diferentes áreas do conhecimento, esta obra busca não apenas documentar a trajetória da Indicação Geográfica Alta Mogiana, mas também oferecer subsídios teóricos e práticos para pesquisadores, gestores públicos, produtores, associações, cooperativas, instituições de ensino e agentes de desenvolvimento interessados em compreender e fortalecer as Indicações Geográficas no Brasil.

Esperamos que o livro contribua para ampliar o debate acadêmico, apoiar a construção de estratégias coletivas e inspirar novas iniciativas em territórios que compartilham desafios e potencialidades semelhantes.

Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 ..... **1**

HISTÓRIA DA IG ALTA MOGIANA NA VISÃO DE SEUS PIONEIROS: UMA ANÁLISE DO ENGAJAMENTO DOS STAKEHOLDERS

Renata A Forato
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261781

CAPÍTULO 2 ..... **9**

USO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO ALTA MOGIANA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ATUAL, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E TURISMO

Everlysy dos Santos Messas Valerio
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz
Carlos Eduardo de Freitas Vian

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261782

CAPÍTULO 3 ..... **26**

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E DINÂMICAS DE USO E COBERTURA DA TERRA NA IG ALTA MOGIANA

Rubmara Ketzer Oliveira
Gustavo Verruma Bernardi
Anderson Victor dos Santos
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261783

CAPÍTULO 4 ..... **50**

O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CAFÉ NO BRASIL: PANORAMA, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Sandra Mara de Alencar Schiavi
Marcelo Marques de Magalhães
Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261784

CAPÍTULO 5 82

TERRITÓRIO, QUALIDADE E REPUTAÇÃO: A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ALTA MOGIANA

Breno Rodrigues Acacio
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261785

CAPÍTULO 6 93

A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE GOVERNO E DE FOMENTO PARA A ESTRUTURAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

Francisco José Mitidieri
Antonio Lopes Junior
Benedito Donizetti dos Santos
Carlos Reys Vukomanovi
Francisco Rodrigo Martins
Marcia Cristina de Moraes
Ricardo Moncorvo Tonet
Vivaldo Alberto Viganó
Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
João Paulo R. Arciprete
Simone Goldman Batistic Ribeiro

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261786

CAPÍTULO 7 107

GESTÃO ESTRATÉGICA EM INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: O CASO DA ALTA MOGIANA

Maria Eduarda Fernandes Ignácio
Rubmara Ketzer Oliveira
Anderson Victor dos Santos
Gustavo Verruma Bernardi
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261787

CAPÍTULO 8.....**124**

ENTRE A SOBREPOSIÇÃO NORMATIVA E A IDENTIDADE: DESAFIOS DE GOVERNANÇA ENTRE A IP ALTA MOGIANA E A IP SUDOESTE DE MINAS

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Everlysy dos Santos Messas Valerio
Débora Dias Panicachi
Eduardo Eugênio Spers
Francisco José Mitidieri

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261788

CAPÍTULO 9..... **146**

A IG DA ALTA MOGIANA E A GENERATIVIDADE DOS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Fábio Nazhar
Felipe Mendes Borini
José Afonso Mazzon
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_0608261789

CAPÍTULO 10.....**163**

O PAPEL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO FORTALECIMENTO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA ALTA MOGIANA

Anderson Victor dos Santos
Rubmara Ketzer Oliveira
Gustavo Verruma Bernardi
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617810

CAPÍTULO 11.....**178**

SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DO CAFÉ: INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS, CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE, NORMAS VOLUNTÁRIAS DE SUSTENTABILIDADE E NEUTRALIDADE DE CARBONO

Danielle Mendes Thame Denny
Gustavo Verruma Bernardi
Rubmara Ketzer Oliveira
Rosebelly Nunes Marques

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617811

CAPÍTULO 12 206

A PRÁTICA DA AGRICULTURA REGENERATIVA NO CAFÉ DA ALTA MOGIANA

Gustavo Verruma Bernardi
Rubmara Ketzer Oliveira
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617812

CAPÍTULO 13 218

O CAFÉ COMO NARRATIVA: STORYTELLING, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE NOS CAFÉS DA ALTA MOGIANA

Rubmara Ketzer Oliveira
Anderson Victor dos Santos
Gustavo Verruma Bernardi
Sabrina Godinho Rebouças
Breno Rodrigues Acacio
Rosebelly Nunes Marques
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617813

CAPÍTULO 14 238

AS EMOÇÕES E MOTIVAÇÕES NO CONSUMO DE CAFÉ

Laleska Rossi Moda
Breno Rodrigues Acacio
Eduardo Eugênio Spers

https://doi.org/10.37572/EdArt_06082617814

SOBRE OS ORGANIZADORES 247

ÍNDICE REMISSIVO 248

CAPÍTULO 4

O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CAFÉ NO BRASIL: PANORAMA, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Data de submissão: 10/07/2026
Data de aceite: 24/07/2026

Sandra Mara de Alencar Schiavi
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
https://orcid.org/0000-0002-3285-1243
http://lattes.cnpq.br/1480792681320117

Marcelo Marques de Magalhães
Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
https://orcid.org/0000-0001-6334-5493
http://lattes.cnpq.br/4117906942336504

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani
Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
https://orcid.org/0000-0001-8420-4120
http://lattes.cnpq.br/0600958492722839

RESUMO: Este capítulo apresenta um panorama do setor do café no Brasil e no mundo, destacando sua inserção internacional, a configuração desse sistema agroindustrial, sua governança interna e os desafios socioambientais emergentes. No panorama global, o Brasil se destaca como o maior produtor de café arábica e o segundo de robusta, variedade que tem impulsionado o crescimento nacional na última década. Internamente, consolida-se como o segundo maior consumidor do planeta. As transformações decorrentes da desregulamentação setorial na década de 1990 levaram a mudanças na forma de governança do sistema que passou a ser ditada pelas forças de mercado, resultando em forte concentração industrial e no surgimento de movimentos de diferenciação de qualidade. Consolida-se, assim, a coexistência de subsistemas, tipicamente de cafés finos voltados para a exportação e grãos convencionais direcionados ao consumo doméstico, embora o varejo nacional venha expandindo o consumo de cafés de maior valor agregado. No campo, a produção concentra-se fortemente em Minas Gerais e Espírito Santo, com ampla relevância da agricultura familiar, que compõe cerca de 80% dos estabelecimentos cafeeiros. Atualmente, o setor enfrenta tendências cruciais e desafios complexos. A crise climática, manifestada em secas e ondas de calor em regiões tradicionais, as mudanças regulatórias dos mercados internacionais e as mudanças de comportamento dos consumidores têm impulsionado a transição para a sustentabilidade, e uma preocupação com questões sociais, como as relações de trabalho na cafeicultura. Como estratégia de agregação de valor, resposta a exigências socioambientais e promoção do desenvolvimento territorial, as Indicações Geográficas (IGs) ganharam centralidade. Para além das IGs, para assegurar o desenvolvimento territorial e a inclusão social, é indispensável fortalecer a governança e prover suporte técnico institucional à agricultura familiar, permitindo que os pequenos

produtores superem as barreiras do mercado e se beneficiem diretamente do valor gerado pela cafeicultura.
PALAVRAS-CHAVE: mercado mundial de café; setor cafeeiro; SAG do café; cadeia do café; coordenação.

COFFEE AGRIBUSINESS SYSTEM IN BRAZIL: OUTLOOK, TRENDS AND CHALLENGES

ABSTRACT: This chapter provides an overview of the coffee sector in Brazil and worldwide, highlighting its international integration, the structure of this agribusiness system, its internal governance, and emerging socio-environmental challenges. On the global stage, Brazil stands out as the largest producer of Arabica coffee and the second-largest producer of Robusta, a variety that has driven national growth over the past decade. Domestically, the country has established itself as the second-largest consumer in the world. The transformations resulting from sectoral deregulation in the 1990s led to changes in the system's governance, which came to be dictated by market forces, resulting in strong industrial concentration and the emergence of movements focused on quality differentiation. This has led to the coexistence of subsystems: typically, specialty coffees geared toward export and conventional beans intended for domestic consumption, although the domestic retail sector has been expanding consumption of higher-value-added coffees. In rural areas, production is heavily concentrated in Minas Gerais and Espírito Santo, with family farming playing a major role, accounting for about 80% of coffee farms. Currently, the sector faces critical trends and complex challenges. The climate crisis, manifested in droughts and heat waves in traditional production regions, along with regulatory changes in international markets and shifts in consumer behavior, has driven the transition toward sustainability and a focus on social issues, such as labor relations in coffee farming. As a strategy for adding value, responding to socio-environmental demands, and promoting regional development, Geographical Indications (GIs) have taken center stage. In addition to GIs, to ensure regional development and social inclusion, it is essential to strengthen governance and provide institutional technical support to family farming, enabling small producers to overcome market barriers and benefit directly from the value generated by coffee farming.
KEYWORDS: global coffee market; coffee industry; coffee agribusiness system; coffee chain; coordination.

1. INTRODUÇÃO

O café é uma das bebidas mais consumidas no mundo, e envolve uma diversidade de atores e organizações em diferentes países, desde sua produção até o consumo. Para o cafezinho chegar até a xícara, muitas interações entre diferentes agentes aconteceram antes. A complexidade do setor cafeeiro pode ser analisada tomando como base uma perspectiva sistêmica. A literatura apresenta abordagens sistêmicas de diferentes escolas, passando por Sistemas Agrários, *Supply Chain Management*, Cadeias Produtivas, Complexos Agroindustriais, *Agribusiness*, Cadeias de Valor, Complexos Agroindustriais,

Sistemas Agroindustriais, Sistemas (Agro)Alimentares, Redes e *Netchain*, dentre outros (Hospes; Brons, 2016; Batalha, 2021).

Em que pesem as particularidades de cada abordagem, a consideração dos diferentes segmentos da cadeia e o encadeamento de atividades produtivas, o fluxo de produtos e de informação, a orientação pela demanda, os diferentes arranjos contratuais e a coordenação entre os atores – do fornecimento de insumos agropecuários ao consumo final – são elementos comuns à grande parte delas (Zylbersztajn, 2000, FAO, 2025; Batalha, 2021). À complexidade em termos de desenho e funcionamento de sistemas e cadeias, pode-se acrescentar ainda a perspectiva territorial, abarcando desde sistemas locais a cadeias globais de valor, bastante pertinente para o caso do café (Yusuf et al., 2026).

Neste capítulo, a descrição do setor cafeeiro é abordada sob a perspectiva do Sistema Agroindustrial (SAG), que tem se mostrado útil não somente pela possibilidade de recorte setorial e do sistema produtivo, mas também como ferramenta para análise de estratégia das firmas, análise e formulação de políticas públicas e privadas, análise de inovações tecnológicas, e análise da competitividade. Na abordagem de SAG, além da cadeia produtiva, consideram-se outros elementos, particularmente os ambientes institucional, organizacional e tecnológico (Zylbersztajn, 2000; Batalha, 2021).

Com o intuito de fornecer uma visão geral sobre o setor cafeeiro, este capítulo apresenta um breve panorama do cenário mundial e nacional, buscando trazer elementos pertinentes para a compreensão do SAG do café no Brasil, assim como uma suscinta discussão sobre as tendências e desafios do setor. Assim, o capítulo está estruturado da seguinte maneira: após esta introdução, a seção 2 apresenta o panorama da produção, exportações, importações e consumo de café no mundo. Na terceira seção, apresenta-se o SAG do café no Brasil, buscando caracterizá-lo e discutir os principais elementos pertinentes ao seu funcionamento. A seção 4 se atém às tendências contemporâneas e desafios do SAG do café no Brasil e no mundo, apresentando o papel das Indicações Geográficas nesse contexto.

2. O SETOR MUNDIAL DE CAFÉS: O BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL[1]

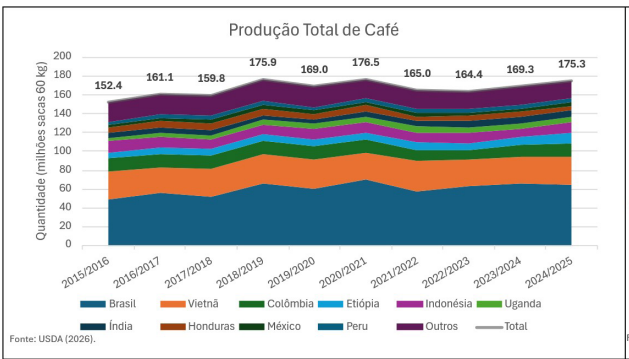
2.1. PRODUÇÃO

A produção mundial de café atingiu 175 milhões de sacas no ano de 2024, terceiro pico na década de 2015 a 2024. Entre os países produtores, o Brasil teve posição de

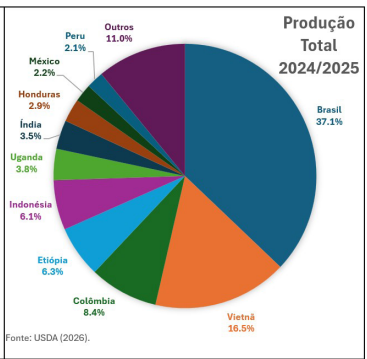
[1] O ano de 2025 foi bastante atípico para o setor do café, especialmente em decorrência das medidas protecionistas adotadas pelo governo Trump nos EUA, conhecido como "tarifaço". Considerando a importância dos EUA no contexto global do café, tais medidas impactaram as transações desse setor em âmbito global, e afetou particularmente as exportações de café do Brasil para os EUA. Diante disso, nesse capítulo, para evitar distorções decorrentes desses problemas conjunturais, sempre que necessário optou-se por utilizar dados relativos ao ano de 2024.

destaque neste período com 65 milhões de sacas no ano safra 2024/25. Sua participação no mercado global cresceu de 32,4% em 2015/16 para 37,1% em 2024/25 (Figura 1a). Nesta safra, os 10 principais produtores mundiais somaram 89,0% da produção (Figura 1b), sendo o Vietnã o segundo país de maior produção (16,5%) seguido por Colômbia (8,4%), Etiópia (6,3%), Indonésia (6,1%), Uganda (3,8%), Índia (3,5%), Honduras (2,9%), México (2,2%) e Peru (2,1%) (USDA, 2026).

Figura 1: Produção mundial de café, 10 principais países: (a) Evolução da produção total 2015/16 a 2024/25; (b) Participação na produção total 2024/25.



(a)



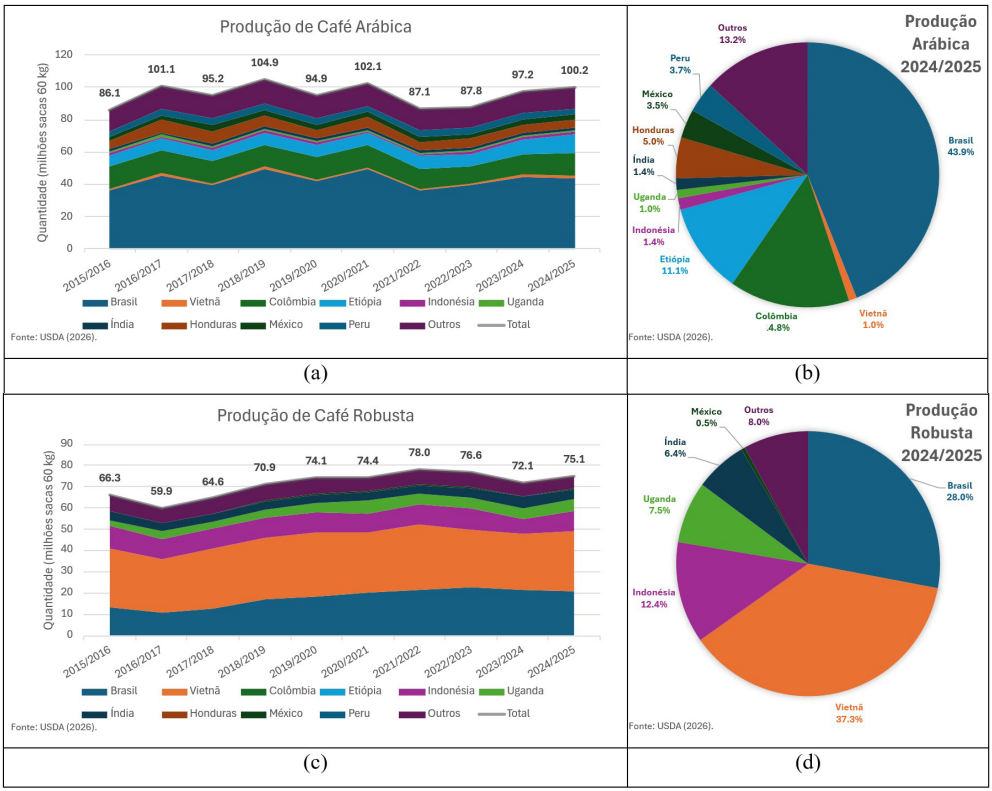
(b)

O crescimento médio da produção mundial foi estimado em 1,0% ao ano no período 2015 a 2024. Entre os maiores, o Brasil apresentou crescimento superior ao mundial (2,6% ao ano), enquanto Vietnã e Colômbia não tiveram crescimento consistente, com altos e baixos. Destaca-se o desempenho positivo de países de menor participação na produção mundial, como Etiópia (4,5% ao ano), Uganda (6,5% ao ano) e Índia (1,9%) ao ano. No outro extremo, os países que tiveram queda sistemática na produção foram Indonésia (-1,7% ao ano), Honduras (-3,4% ao ano) e o conjunto dos demais países (-1,2% ao ano).

O desdobramento da produção entre arábica e robusta permite compreender a origem desse desempenho distinto (Figura 2). Enquanto o Brasil é o maior produtor mundial de arábica (67,7% em 2024), o Vietnã lidera na produção de robusta (37,3%) (Figura 2b). Embora o Brasil seja líder na produção de arábica, seu crescimento manteve-se nulo com oscilações, comportamento semelhante para parte dos demais países (Figura 2a). O crescimento da produção de arábica foi mais importante para países africanos, entre os quais a Etiópia é exemplar com crescimento anual da produção de arábica de 4,5%. A evolução da produção de robusta (8,1% ao ano), por outro lado, foi determinante para o crescimento da produção brasileira de café. Ao lado do Brasil, Vietnã, Indonésia, Uganda e Índia, estão entre os principais produtores de robusta (Figura 2d)

e apresentam tendências distintas de evolução da produção (Figura 2c). Enquanto a produção do Vietnã tende ao crescimento nulo com variações entre safras, Uganda, Índia e México apresentam crescimento positivo (8,4%, 3,0% e 11,5% ao ano, respectivamente), a produção de robusta tende a cair nos demais países (-2,2% ano).

Figura 2: Produção mundial de café, 10 principais países: (a) Evolução da produção de café arábica 2015/16 a 2024/25; (b) Participação na produção de café arábica 2024/25, (c) Evolução da produção de café robusta 2015/16 a 2024/25; (d) Participação na produção de café robusta 2024/25.



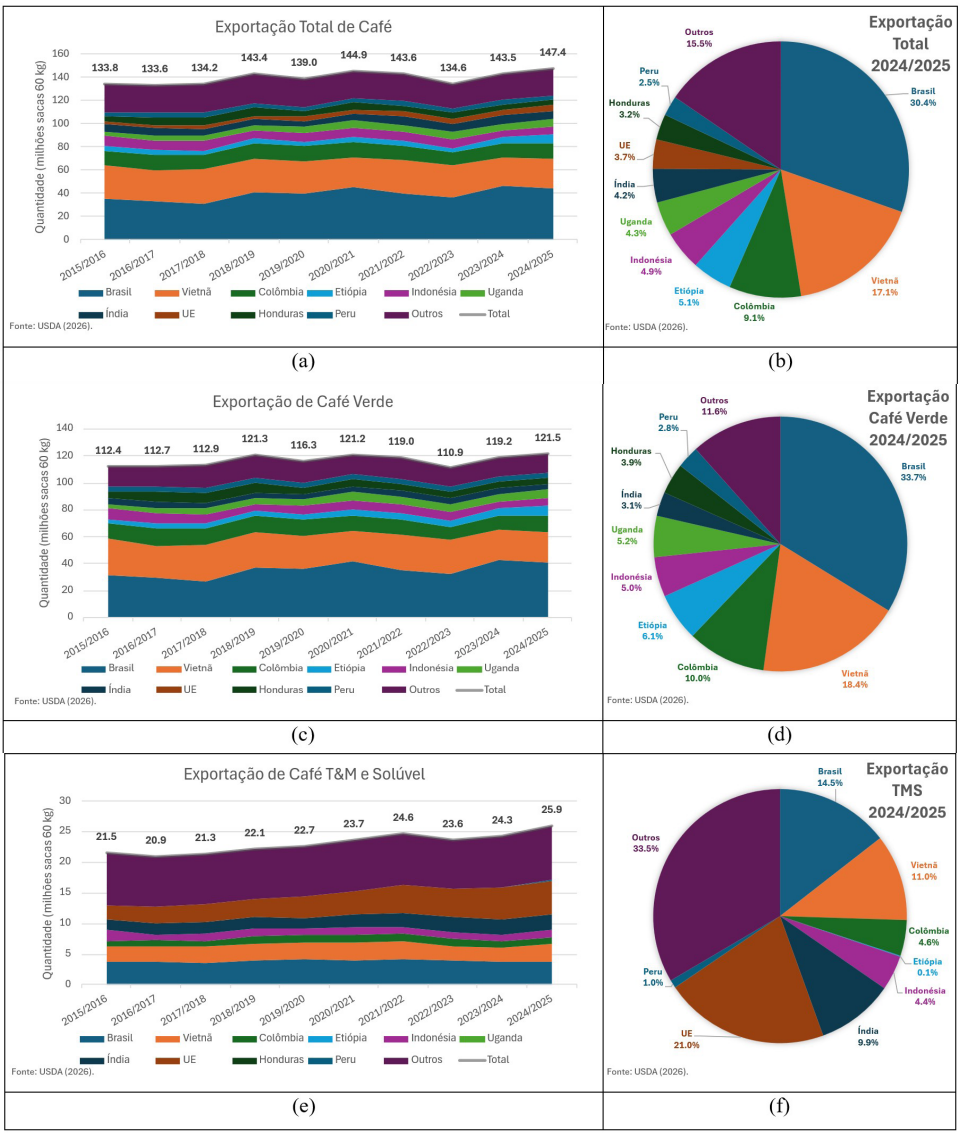
2.2. EXPORTAÇÕES

O mercado internacional recebeu, de 2015 e 2024, entre 80 e 90% da produção mundial de café. Entre os 10 países mais importantes para a exportação de café (84,5% do total exportado no mundo em 2024), apenas a União Europeia (UE) não está entre os principais produtores de café verde, indicando que a região é exportadora de produtos processados, ou seja, produtos com valor agregado.

O Brasil é o principal exportador mundial de café, com 30,4% das exportações em volume, seguido pelo Vietnã, que participa com 17,1% nas exportações do mercado internacional (Figura 3). Em volume total exportado, o café verde representa de 81 a

85% do volume exportado entre 2015 e 2024, sendo o restante correspondente ao café torrado e moído (T&M) e solúvel. Brasil e Vietnã lideram a exportação de café verde, com 33,7% e 18,4% do mercado em 2024. Brasil também é o maior país exportador do volume agregado de café T&M e solúvel (14,5% em 2024), considerando que a UE representa um conjunto de países. A UE responde pela exportação agregada de 21,0% em 2024 (Figura 3). Ressalta-se que a UE não exporta café verde.

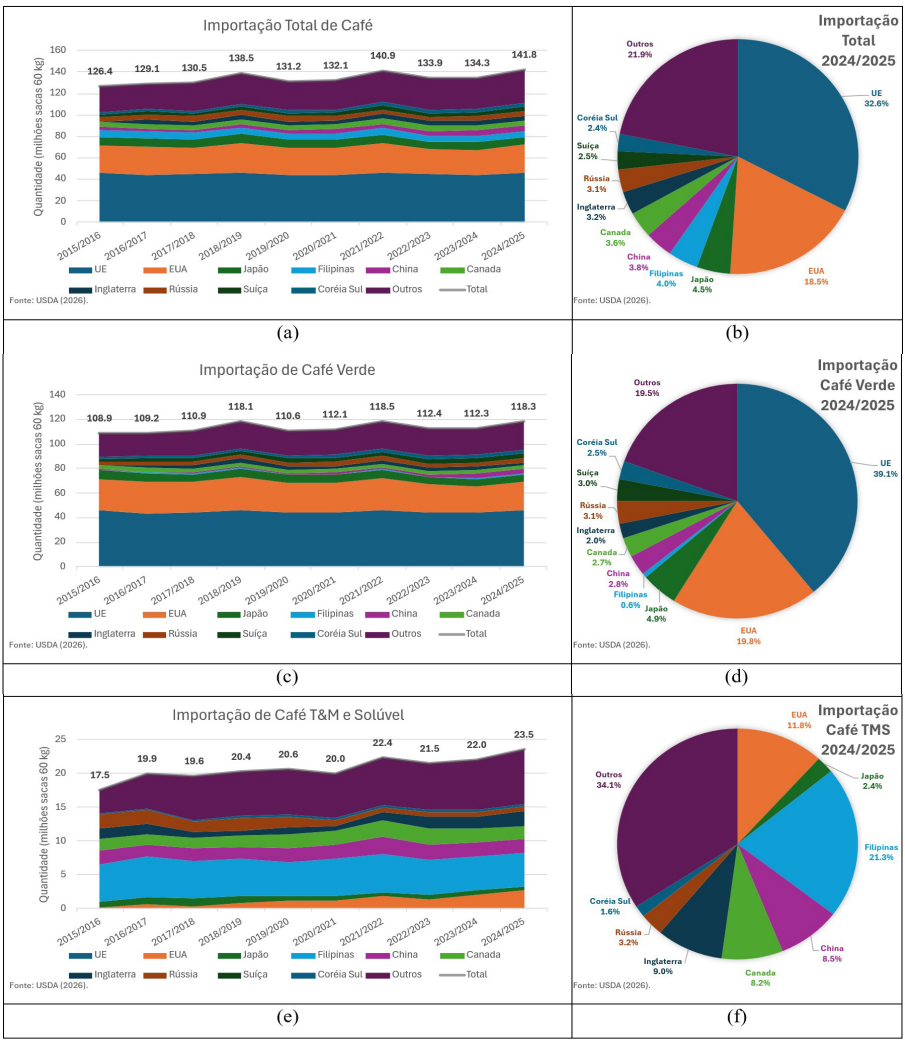
Figura 3: Exportações de café, 10 principais países: (a) Evolução da exportação total 2015/16 a 2024/25; (b) Participação na exportação total 2024/25; (c) Evolução da exportação de café verde 2015/16 a 2024/25; (d) Participação na exportação de café verde 2024/25, (e) Evolução da exportação de café T&M e Solúvel 2015/16 a 2024/25; (f) Participação na exportação de café T&M e Solúvel 2024/25.



2.3. IMPORTAÇÕES

A elevada participação da UE nas exportações tem origem na importação de café verde, que em 2024, representou 39,1% do volume mundial. A UE não importa café T&M e solúvel. Estados Unidos (EUA) continuam sendo o maior importador global de café (18,5% em 2024), mas diferente dos países europeus, apresenta perfil de importações mais diversificado, com elevada participação no mercado de café verde (19,8% em 2024) e de café T&M e solúvel (11,8% em 2024). No segmento de café T&M e solúvel, Filipinas é um país que se destaca pela importação de 21,3% do volume comercializado em 2024 (figura 4).

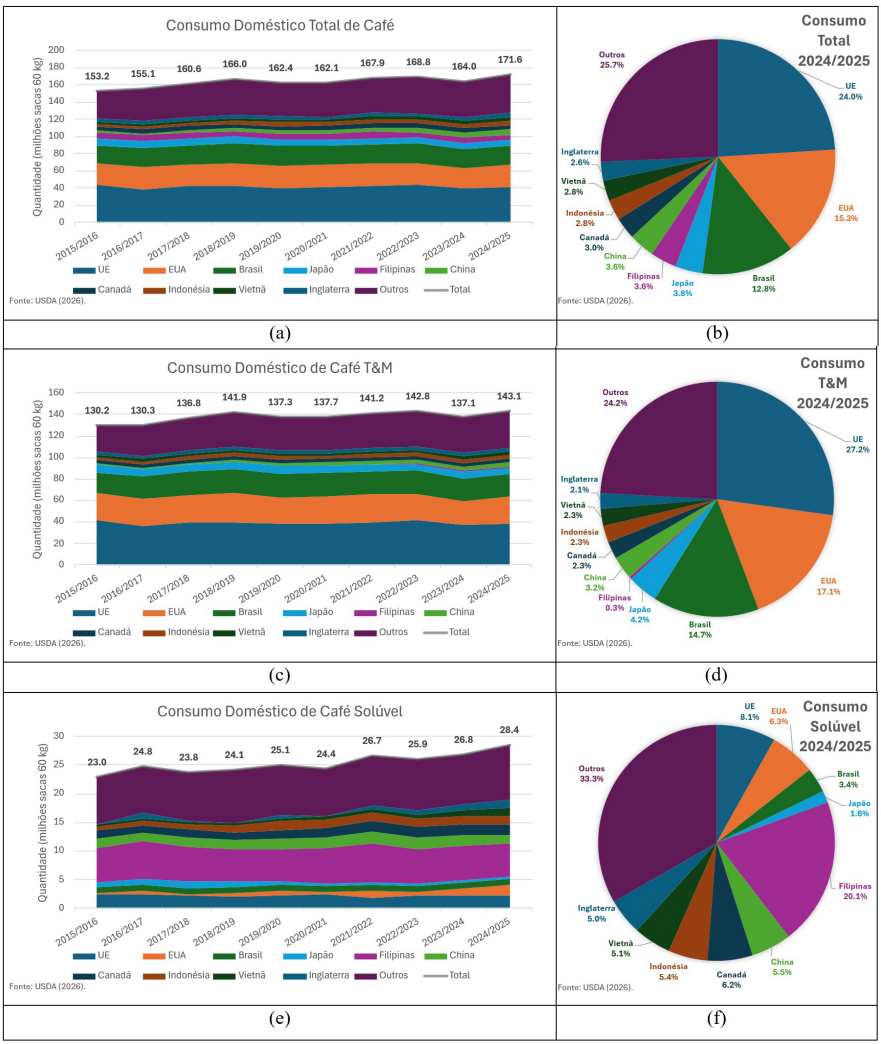
Figura 4: Importações de café, 10 principais países: (a) Evolução da importação total 2015/16 a 2024/25; (b) Participação na importação total 2024/25; (c) Evolução da importação de café verde 2015/16 a 2024/25; (d) Participação na importação de café verde 2024/25, (e) Evolução da importação de café T&M e Solúvel 2015/16 a 2024/25; (f) Participação na importação de café T&M e Solúvel 2024/25.



2.4. CONSUMO

O Brasil é o segundo maior consumidor mundial de café (12,8% em 2024), atrás apenas dos EUA (15,3%). Os países da UE ficam com 24,0% do café consumido mundialmente em 2024. O segmento de café T&M corresponde a cerca de 85% do volume global de consumo de café, sendo 15% correspondente ao café solúvel. UE, EUA e Brasil respondem juntos por 58,9% do café T&M consumido mundialmente em 2024. No segmento de café solúvel, Filipinas consome 20,1% em 2024, sendo o restante relativamente bem distribuído entre os demais países (figura 5).

Figura 5: Consumo doméstico de café, 10 principais países: (a) Evolução do consumo total 2015/16 a 2024/25; (b) Participação no consumo total 2024/25; (c) Evolução do consumo de café T&M 2015/16 a 2024/25; (d) Participação no consumo de T&M 2024/25, (e) Evolução do consumo de café solúvel 2015/16 a 2024/25; (f) Participação no consumo de café solúvel 2024/25.



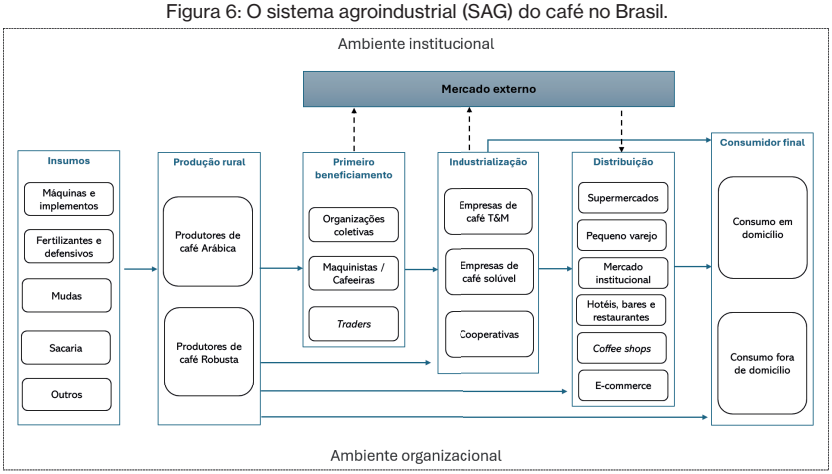
3. O SAG DO CAFÉ NO BRASIL

3.1. CONFIGURAÇÃO DO SAG DO CAFÉ NO BRASIL

Grosso modo, conforme ilustrado na figura 06, a cadeia do café é composta pelos seguintes elos ou segmentos: fornecimento de insumos agropecuários (mudas, fertilizantes, defensivos agroquímicos ou agroecológicos, sacarias, máquinas e implementos agrícolas, dentre outros); produção primária (produtores de café das espécies Arábica ou Robusta/ Conilon); primeiro processamento (beneficiamento para preparação e classificação do café verde); segundo processamento (com produção de café torrado em grão ou moído, cafés solúveis, além de preparações a base de café); distribuição (em atacado e varejo, tanto no mercado nacional ou no mercado externo); e consumo final, envolvendo diferentes produtos e formatos de varejo para consumo em domicílio e fora de domicílio.

Pela figura, observe-se o encadeamento de etapas que compõem a cadeia e os atores que predominam e cada uma delas. O esquema mostra uma simplificação das relações econômicas entre os atores nos diferentes segmentos, em que as transações são indicadas por setas. Dentro desse SAG, podem se configurar diferentes subsistemas (por exemplo, de café commodity e de cafés especiais), como será visto adiante. Além disso, estratégicas de integração vertical indicam que um ator pode atuar em diferentes segmentos, como no caso de produtores rurais que beneficiam, torram e moem seus cafés para venda direta ao consumidor final, por canais virtuais ou em feiras do produtor. Destaca-se, por fim, a importância das organizações coletivas nesse SAG (associações e cooperativas), assumindo a funções produtivas importantes na cadeia, como a industrialização do café, ou papel central em determinados subsistemas, como para implementação de Indicações Geográficas (IG).

Figura 6: O sistema agroindustrial (SAG) do café no Brasil.



Fonte: Elaborado a partir de Saes e Farina (1999) e Sera et al. (2025).

3.2. O SAG DO CAFÉ: MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E COORDENAÇÃO DA CADEIA

Alguns aspectos têm relevância para compreensão da configuração e dinâmica do SAG do café no Brasil. Como visto anteriormente, o Brasil é um importante *player* no mercado global do café, sendo o principal produtor e exportador de café verde, e o segundo país que mais consome café no mundo, atrás dos EUA. Desde séculos passados, a produção cafeeira no Brasil foi voltada para exportações, considerando inclusive a importância econômica do ciclo do café, findado há quase um século (Caliari; Bueno, 2010). Embora observe-se uma cadeia historicamente dirigida para o mercado externo, nas últimas décadas ela tem se direcionado também ao consumo interno. Diferenças substanciais entre perfis de mercado e consumo no contexto doméstico e externo, impactadas por políticas públicas e atuação de organizações privadas nas últimas décadas, indicam uma dissociação em relação à qualidade do café: no geral, cafés de melhor qualidade alcançam o mercado externo, e cafés *commodity* ou de qualidade inferior suprem a demanda doméstica.

Como, pela própria característica técnico-produtiva da cafeicultura, o produtor de café especial também obtém cafés de menor qualidade em sua safra – muitas vezes de um mesmo talhão, esse agente acaba por participar de diferentes subsistemas dentro da cadeia. Assim, ao mesmo tempo que as dissociações se evidenciam a jusante, essa cadeia é caracterizada por um estreitamento a montante, envolvendo sobreposições de papeis na produção de cafés convencionais, sem grande diferenciação, fortemente direcionado para atendimento do mercado interno, e nos subsistemas mais especializados, de cafés finos e especiais, majoritariamente direcionados para o mercado externo. Ou seja: o produtor é o mesmo, mas o mercado de destino é distinto e muitas vezes se complementam em seus diferentes subsistemas[2].

Além disso, apesar de aparentemente simples em sua representação ilustrativa, muitas vezes descrita como uma mera sucessão de etapas sequenciais, ao se considerar suas diferentes camadas e interrelações, o SAG do café apresenta grande complexidade. Tal complexidade decorre de diferentes fatores, dentre os quais destacam-se: a heterogeneidade socioeconômica, técnico-produtiva, tecnológica e estrutural dos agentes intra e intersegmentos; a diversidade de mercados e produtos em termos de qualidade, indo desde cafés de qualidade inferior até cafés de qualidade excepcional; a forte interdependência entre as diferentes etapas da cadeia, com seus distintos subsistemas e mecanismos de coordenação; e as sobreposições de aparatos institucionais distintos,

[2] Vale destacar que o consumo de cafés diferenciados tem ganhado espaço no mercado interno, com o surgimento de cafés superiores, *gourmets* e especiais no mercado e a emergência de cafeterias especializadas em cafés especiais no Brasil.

associados a elementos sociais, históricos e culturais que influenciam desde a produção rural até o consumo do produto final.

Ao longo da cadeia, instituições de pesquisa, extensionistas, certificadores e equipes técnicas exercem papel estratégico ao gerar conhecimento, validar tecnologias e apoiar a adaptação do setor às demandas de torrefadores, consumidores e mercados nacionais e internacionais (Sera et al., 2025). Ao se considerar o ambiente institucional do SAG do café, entendido como o conjunto de regras formais e restrições informais (North, 1990), importantes mudanças foram observadas ao longo das últimas décadas no Brasil. A desregulamentação do mercado do café na década de 1990, marcada principalmente pela quebra do Acordo Internacional do Café em 1989 e pela extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1990, acarretou menor disponibilidade de crédito e de subsídios ao setor no Brasil, maior exposição ao mercado externo e desregulamentação dos preços no varejo (Saes; Silveira 2014)[3].

Também se destacam mudanças importantes no âmbito de pesquisa nas últimas décadas, com destaque para a criação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - CBP&D/Café, em 1997, envolvendo universidades, institutos de pesquisa e extensão rural e outros órgãos governamentais afetos ao setor (EMBRAPA CAFÉ, 2026). Sera et al. (2025) mencionam a importância das instituições de pesquisa para os avanços no SAG do café no Brasil, ressaltando seu papel para o melhoramento de cultivares, manejo da lavoura, colheita e pós-colheita, processamento, composição química dos grãos, torra, preparo de bebidas e aproveitamento de resíduos, dentre outros. Para os autores, a pesquisa contribui para ganhos de produtividade, qualidade, sustentabilidade, eficiência industrial e desenvolvimento de novos produtos, fortalecendo a competitividade do café brasileiro (Sera et al., 2025).

As transformações no ambiente institucional do SAG do café trouxeram importantes mudanças em termos organizacionais, tecnológicos e competitivos, imprimindo nova configuração e dinâmica na cadeia. Dentre as mudanças, destacam-se: (i) a concentração de mercado no fornecimento de insumos químicos, na indústria e na distribuição, com forte participação de empresas multinacionais; (ii) longo período de crise, com a exposição do setor ao livre mercado e preços baixos a produtores acostumados à regulamentação; (iii) início do movimento de diferenciação de produto na produção rural, diante da extinção do tabelamento de preços e possibilidade de diferenciais por qualidade (Saes; Silveira, 2014). Além disso, conforme destacam Volsi *et al*. (2019), com a queda do IBC, extinguiu-se também a política disponibilizar cafés de baixa qualidade para a indústria nacional a preços subsidiados, e direcionar os grãos de

[3] Para mais detalhes, ver Saes e Farina (1999).

maior qualidade para o mercado externo, viabilizando novas configurações da cadeia em âmbito nacional.

De maneira geral, as mudanças institucionais impulsionaram mudanças organizacionais importantes – dentre as quais destacam-se a criação, pela ABIC, do Programa Permanente de Controle de Pureza do café e do selo de pureza, em 1989, do Programa de Qualidade do Café (PQC), em 2004, e do Programa Cafés Sustentáveis do Brasil (PCS) em 2007, unificados em 2023 no Programa de Certificação (ABIC, 2026). Ressalta-se ainda a criação da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) em 1991 (BSCA, 2026), assim como novas configurações da governança da cadeia, que deixa de ser exercida por organizações setoriais e estatais, e passa a ser conduzida pelo mercado, particularmente por grandes empresas da indústria e do varejo.

Ainda que o SAG do café seja composto por uma diversidade de segmentos e atores, não se observam grandes mudanças em termos de desenho da cadeia ao longo dos anos[4]. Entretanto, as novas configurações de governança, que emergem no período pós-desregulamentação setorial, se mostram mais complexas no caso de subsistemas específicos, como o de cafés especiais, o que exige esforços de coordenação para garantir a geração e a distribuição do valor gerado e evitar problemas de apropriação e ineficiências ao longo da cadeia (Guimarães et al., 2026). Por fim, ressaltam-se mudanças mais recentes ou ainda em discussão no regramento da cadeia, tais como a A Portaria SDA 570/2022, do Ministério da Agricultura (MAPA), que estabelece o padrão oficial de classificação do café torrado no Brasil (MAPA, 2022), e a recente constituição de grupo técnico para revisão da Instrução Normativa nº 8, de 11 de junho de 2003 (MAPA, 2003), para proposição de mudanças na Classificação Oficial do Café (COB)[5].

Considerando a relevância de se compreender características gerais de oferta e demanda para um panorama geral do setor, nas próximas seções são apresentadas breve descrição e evolução dos segmentos de produção rural, indústria e consumo de café no país, assim como um olhar sobre o comércio internacional, com atenção especial às exportações de café do Brasil.

3.3. A PRODUÇÃO RURAL DE CAFÉ NO BRASIL

A produção comercial de café no mundo envolve duas espécies: o café Arábica (*Coffea arabica L.*) e o Robusta ou Conilon (*Coffea canephora*). Para as duas espécies, há no Brasil cerca de 130 cultivares registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária

[4] Vide, por exemplo, a figura da cadeia apresentada em Saes e Farina (1999) e Sera et al. (2025).

[5] Ver, por exemplo, https://www.bsca.com.br/proposta-de-atualizacao-da-in-mapa-no-08-2003-marca-novo-capitulo-para-a-cafeicultura-brasileira/

e Abastecimento (MAPA, 2026), com distinções em termos de adaptação a condições edafoclimáticas e a sistemas de produção, resistência a doenças como ferrugem e nematoides por exemplo, tolerância a déficit hídrico; e desempenho em termos de qualidade e produtividade, dentre outros aspectos.

No campo, a produção de café no Brasil pode se dar a partir de diferentes sistemas de produção – incluindo o convencional, orgânico, sombreado e agroecológico – e envolve um conjunto de etapas ou atividades, desde a escolha da muda, área e solo, plantio até a armazenagem pós-colheita (Ferreira, 2022). Os cuidados na atividade produtiva impactam diretamente na produtividade e na qualidade da bebida, e compreendem principalmente: (a) a escolha da cultivar, da área e solo, do sistema de plantio e espaçamento;(b) a implantação da lavoura; (c) o manejo do talhão (incluindo a fertilização, as podas, o controle de plantas invasoras e de pragas e doenças); (d) a colheita (que pode ser manual em derriça ou seletiva, semimecanizada ou mecanizada, com colheitadeiras); (e) as atividades de pós-colheita (pré-limpeza e limpeza e despolpa), secagem (especialmente em terreiros convencionais "de chão", terreiros suspensos, estufas ou secador rotativo ou de caixa); e (f) o armazenamento dos grãos. Ao final do processo, o produto pode ser o café em coco, no caso do café natural, o café descascado, que passa pelo descascador (via úmida), originando o "cereja descascado" (CD), ou o café despolpado ou lavado. A adoção dos diferentes processos, assim como a forma de realização dos mesmos, vai impactar na produtividade da lavoura e na qualidade da bebida (Ferreira, 2022).

Além da diferença em termos de espécie e estados produtores, a atividade cafeeira pode diferir em termos de estrutura fundiária; sistemas de produção; tecnologias de produção, colheita, pós-colheita e relação capital-trabalho, impactando no uso de mão-de-obra e desempenho em produtividade. Conforme destaca a Confederação Nacional da Agricultura,

> O país reúne desde modelos altamente mecanizados e tecnologicamente avançados, capazes de operar com custos reduzidos e competir mesmo em períodos de preços mais baixos, até sistemas intensivos em mão de obra ou localizados em áreas de maior restrição física, que apresentam menor eficiência econômica, mas desempenham papel fundamental na formação do volume total produzido (CNA, 2025, p. 03).

Se, por um lado, sistemas produtivos menos eficientes impactam no custo e no desempenho do produto em mercados cujo fator de competitividade é preço (café *commodity*), por outro lado, esses sistemas contribuem principalmente na produção de cafés com atributos diferenciados decorrentes de práticas produtivas específicas, certificações sociais e ambientais e atributos intrínsecos associados à região ou terroir,

especialmente na produção em áreas de montanha ou de limitada mecanização. Assim, a diversidade de sistemas de produção parece compor subsistemas para atender diferentes mercados, desde aqueles de alta concorrência em preço, até nichos de mercado de cafés diferenciados com potencial de agregação de valor (CNA, 2025).

Conforme dados do Censo Agropecuário, em 2017 um terço dos estabelecimentos rurais no Brasil produziam café, perfazendo 264.361 estabelecimentos agropecuários com plantação cafeeira, concentrados nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Rondônia, São Paulo e Paraná. Do total de estabelecimentos com café no país naquele ano, cerca de 80% eram agricultura familiar, distribuídos nos principais estados (IBGE, 2017) (tabela 1).

Tabela 1: Número e proporção de estabelecimentos com produção de café verde em grão, por estado, tipologia e espécie de café, 2017.

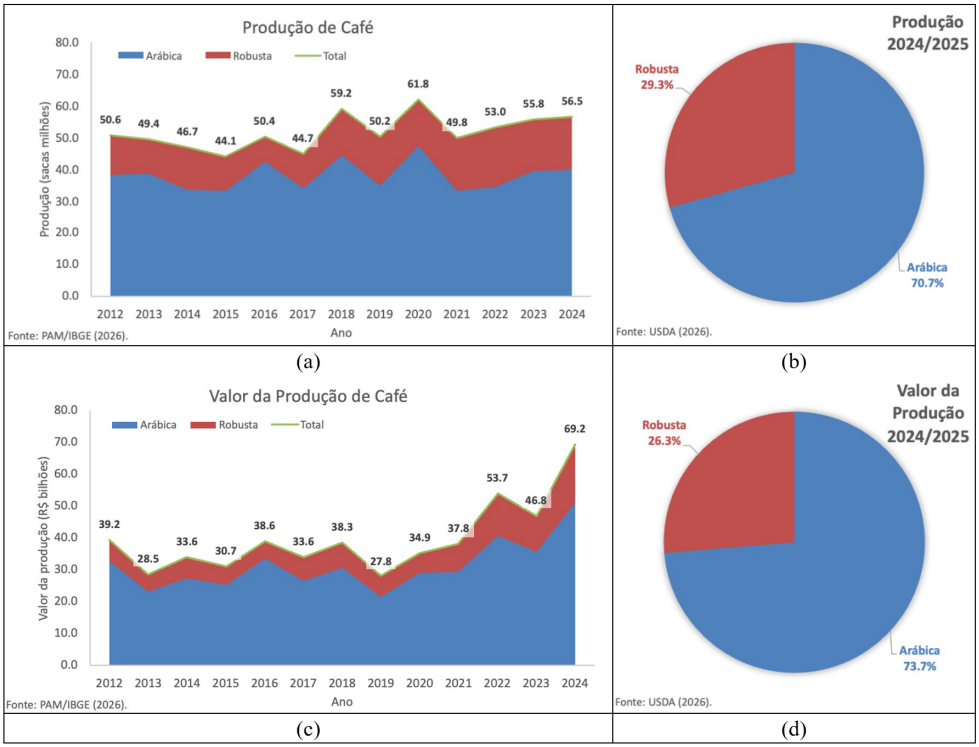
Estabelecimentos rurais com produção de café			% de estabelecimentos			
			Café Arábica		Café Robusta	
Principais estados	*Total*	*%*	*Agricultura familiar - não*	*Agricultura familiar - sim*	*Agricultura familiar - não*	*Agricultura familiar - sim*
Brasil	**264.361**	**100%**	**23%**	**77%**	**20%**	**80%**
Minas Gerais	123.019	47%	23%	77%	19%	81%
Espírito Santo	75.325	28%	*	*	23%	77%
Bahia	21.235	8%	28%	72%	30%	70%
Rondônia	17.336	7%	12%	88%	10%	90%
São Paulo	10.717	4%	34%	66%	30%	70%
Paraná	10.087	4%	19%	81%	*	*
Outros	6.642	3%	21%	79%	11%	89%

Fonte: IBGE, 2017.
* Nulo ou não representativo.

Em 2024, a produção de café do Brasil foi de 56,5 milhões de sacas de 60kg, um aumento de 28% em 10 anos, sendo mais de dois terços de café Arábica (figura 07a). Apesar da maior representatividade do café Arábica, ele vem perdendo importância frente ao Robusta: em 2015, o Arábica representava 75,5% da produção nacional de café, frente a 70,7% dez anos depois (figuras 7a e 7b).

O valor da produção do café foi de R$ 69,2 bilhões de reais em 2024, um aumento de 76,5% em dez anos (figura 7c), composto principalmente pelo café Arábica (73,7% do valor total da produção de café verde) (figura 7d). Conforme estimativas da Confederação Nacional da Agricultura, em 2026 o café deve ocupar a 5ª posição no valor bruto da produção agropecuária (VBP) no Brasil, com um valor de R$ 109,6 bilhões de reais (CNA, 2026).

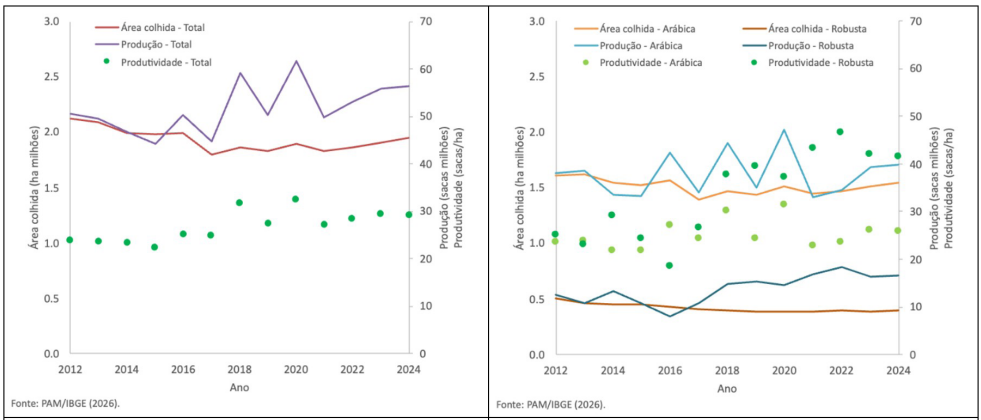
Figura 7: Café arábica e robusta, Brasil: (a) Evolução da produção 2012-2024; (b) Participação na produção 2024; (c) Evolução do valor da produção 2012-2024; (d) Participação no valor da produção 2024.



Em termos de produção, área colhida e produtividade no Brasil, de maneira geral, observa-se um aumento no volume produzido de café no Brasil, passando de 50,6 milhões de sacas de 60kg em 2012, para 56,5 milhões de sacas em 2024. Apesar do aumento da produção, ao longo dos últimos anos observa-se queda na área colhida, que reflete aumento da produtividade, entre 2012 e 2024, da ordem de 21,6% (figura 8a).

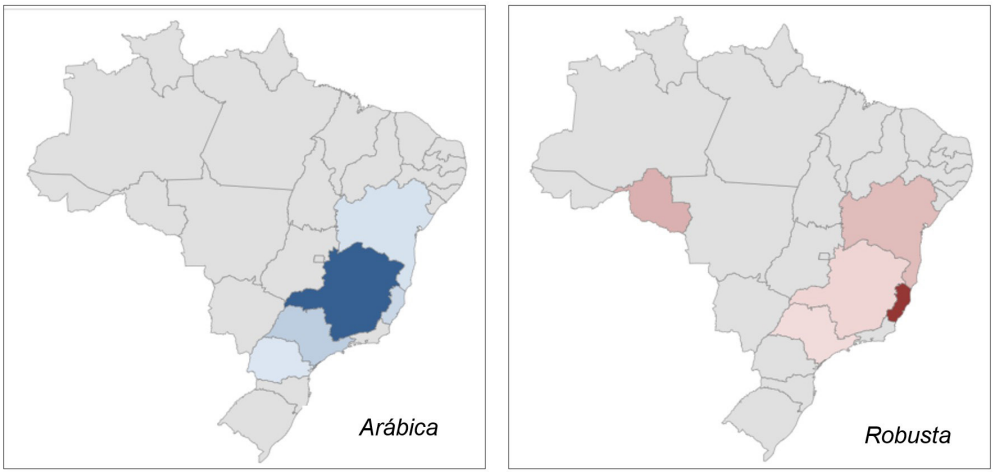
Dadas as inerentes distinções entre a produção das espécies Arábica e Robusta, assim como a diversidade de sistemas de produção e de manejo da cultura, observam-se diferenças nos indicadores de produção e produtividades para as duas espécies. Enquanto o café Arábica apresentou produtividade média de 25 sacas de 60kg por hectare (frente a 23,5 sacas em 2012), o café Robusta alcançou 41 sacas por hectare (frente a 25 sacas em 2012), um aumento de 65% no período (figura 8b). Ressalta-se que a maior produtividade do Robusta pode estar associada a avanços tecnológicos importantes no período.

Figura 8: Área colhida, produção e produtividade do café, Brasil, 2012-2024: (a) Total; (b) Arábica e robusta.



Em termos de distribuição espacial da produção de café no Brasil, tanto a produção de Arábica quando a de Robusta se concentra em poucos estados, como ilustrado na figura 9: para os dois casos, ressalta-se que os cinco principais estados respondem por 98% da produção total nacional de café (PAM/ IBGE, 2026).

Figura 9: Principais estados produtores de café, por espécie (2024).



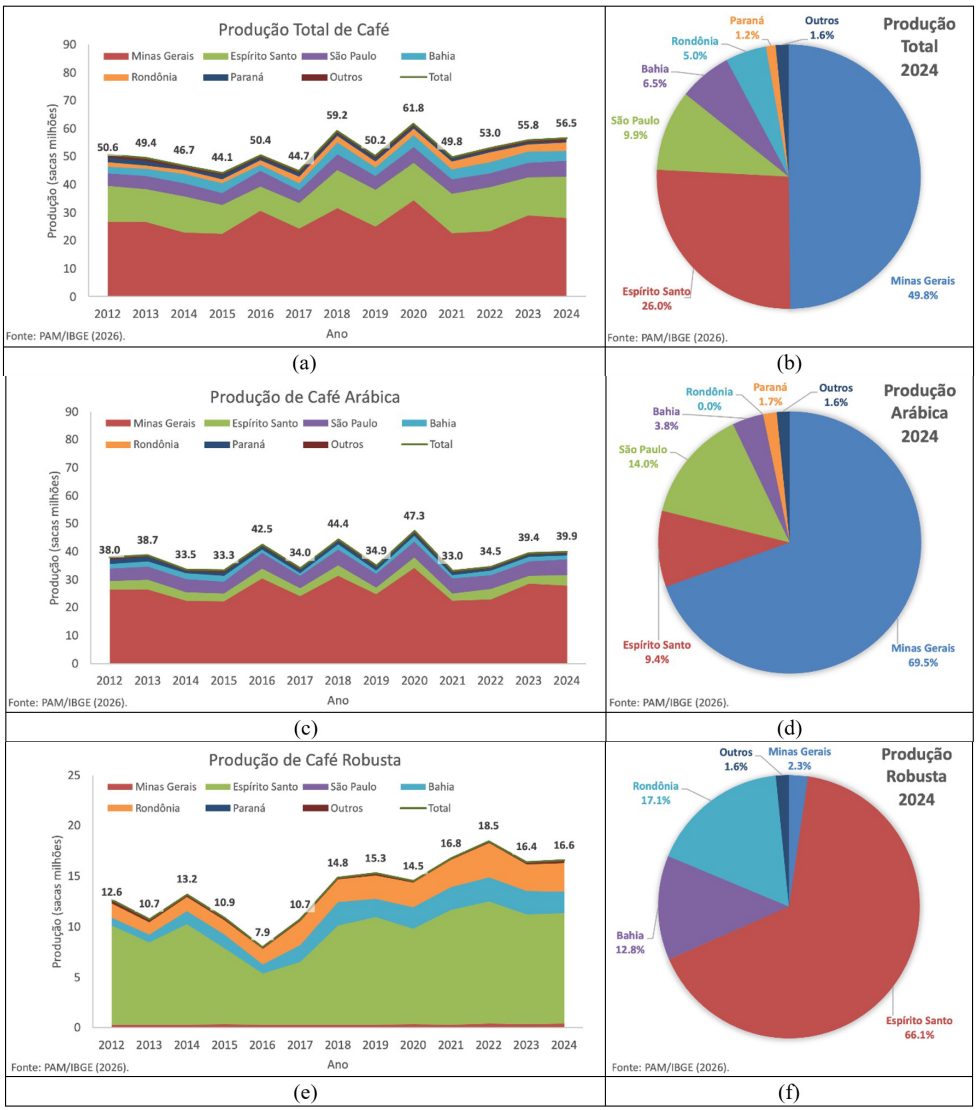
Fonte: PAM/IBGE, 2026.

Ao longo dos anos, a participação dos principais estados na produção total de café se apresenta da seguinte maneira: Minas Gerais se mantem como o principal estado produtor, com metade da produção nacional em 2024, seguido do Espírito Santo (26%), São Paulo (10%), Bahia (6,5%), Rondônia (5%), e Paraná (1,2%) (figura 10 a e 10b).

A produção anual de café Arábica se mostra relativamente estável entre 2012 e 2024, na casa dos 40 milhões de sacas de 60kg, concentrada nos estados

de Minas Gerais, São Paulo e Bahia (figura 10c e 10d). Ainda que sua importância na produção total de café no Brasil seja menor, o café Robusta tem apresentado aumento significativo da produção, passando de 12,6 milhões em 2012, para16,6 milhões de sacas de 60 kg em 2024, um aumento de mais de 30% no período, com destaque para os estados do Espírito Santo (66,1%) e Rondônia (17,1%), que ultrapassou a Bahia em 2019 (figura 10e e 10f).

Figura 10: Produção brasileira de café, 10 principais estados: (a) Evolução da produção total 2012 a 2024; (b) Participação na produção total 2024; (c) Evolução da produção de arábica 2012 a 2024; (d) Participação na produção de arábica 2024, (e) Evolução da produção de robusta 2012 a 2024; (f) Participação na produção de robusta 2024.



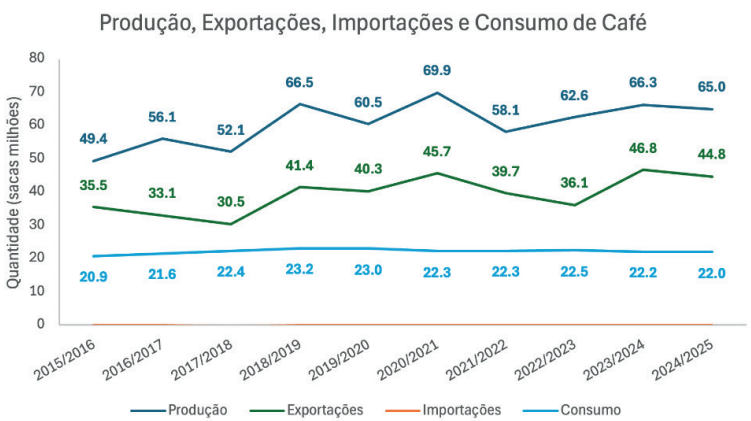
Conforme destacam Volsi *et al*. (2019), as transformações ao longo das décadas imprimiram novas dinâmicas na produção rural, especialmente com deslocamento de regiões produtoras. Enquanto São Paulo e Paraná mantiveram poucas regiões especializadas na produção de café, Minas Gerais e Espírito Santo expandiram suas atuações, se tornando os principais produtores no país; por fim, Bahia e Rondônia emergiram como importantes regiões produtoras. Enquanto, por exemplo, a produção de café em Rondônia dobrou entre 2015 e 2024, de 84,7 mil para 170,2 mil toneladas, o Paraná reduziu pela metade sua produção total, passando de 80,3 mil para 40,4 mil toneladas ao ano (PAM/ IBGE, 2026).

3.4. MERCADO EXTERNO, INDÚSTRIA E CONSUMO DE CAFÉS NO BRASIL

Elementos da oferta e demanda compõem o mercado do café no Brasil. Como visto, a produção nacional de café atende tanto ao mercado externo quanto ao interno. Na outra ponta da cadeia, o consumo de cafés no Brasil é suprido pela produção doméstica e por importações. A partir dos dados de produção, exportações, importações e consumo de café no país, observa-se que cerca de 70% do café produzido no país é exportado, perfazendo 65 milhões de sacas de 60kg na safra de 2024/2025, e representando um crescimento de 32% em relação à safra 2015/2016 (figura 11).

Na pauta das exportações de café, predomina o café verde, com 92% do total exportado em 2024 (figura 12 e tabela 2). As exportações de cafés diferenciados atingiram 9,1 milhões de sacas em 2024 (frente a 8,3 milhões em 2015), compostas principalmente por café arábica. Em 2024, as exportações brasileiras de cafés diferenciados tiveram como principais destinos Estados Unidos (22,2%), Alemanha (17,7%), Bélgica (10,95) e Países Baixos (6,7%) (Cecafé, 2024).

Figura 11: Produção, exportações, importações e consumo de café, Brasil, 2015/16 a 2024/25.



Fonte: USDA (2026).

Figura 12: Exportações de café verde e diferenciados: (a) Evolução das exportações 2015 a 2024; (b) Participação dos cafés diferenciados no total de café verde exportado 2024.

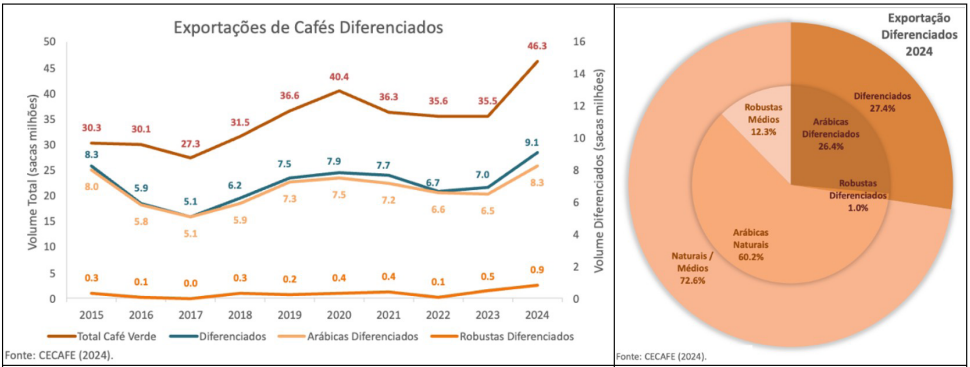


Tabela 2: Exportações brasileiras de cafés diferenciados, 2024 (sacas de 60 kg / US$ FOB)

Tipo Café / Qualidade	Volume sacas 60 Kg	Participação (%) no volume total da exportação	Receita Cambial US$ FOB	Participação (%) no valor total da exportação	Preço Médio (US$ / saca)	Variação de Preço dos Cafés Diferenciados
TOTAL GERAL EXPORTAÇÕES	**50.443.037**	**100,0%**	**12.514.639.729,64**	**100,0%**	**248,09**	
Industrializado (Solúvel e T&M)	4.141.408	8,2%	974.424.803,60	7,8%	235,29	
Total Café Verde	46.301.629	91,8%	11.540.214.926,05	92,2%	249,24	Ágio Média Naturais 14,4% / Ágio Média Café Verde 11,3%
Diferenciados	**9.140.958**	**18,1%**	**2.534.644.642,89**	**20,3%**	**277,28**	
Naturais / Médios	37.160.671	73,7%	9.005.570.283,15	72,0%	242,34	
Arábicas	36.946.011	73,2%	9.533.906.371,00	76,2%	258,05	Ágio Naturais 10,2% / Ágio Média Arábica 7,7%
Arábicas Diferenciados	8.289.230	16,4%	2.304.319.745,50	18,4%	277,99	
Arábicas Naturais	28.656.781	56,8%	7.229.586.625,50	57,8%	252,28	
Robustas	9.355.618	18,5%	2.006.308.555,05	16,0%	214,45	Ágio Médios 29,5% / Ágio Média Robusta 26,1%
Robustas Diferenciados	851.728	1,7%	230.324.897,40	1,8%	270,42	
Robustas Médios	8.503.890	16,9%	1.775.983.657,65	14,2%	208,84	

Fonte: Cecafé, 2024.

Ao se considerar o tipo de bebida, das 38,95 milhões de sacas de café arábica verde exportadas em 2024, 834,4 mil (2%) foram de cafés especiais ou *gourmet*. Para o caso do Robusta, apenas 4 mil sacas de café verde especial ou gourmet (0,04%) compuseram o total de 9,36 milhões de sacas de Robusta exportadas em 2024 (CECAFÉ, 2024). Os dados reforçam o posicionamento do Brasil como um grande exportador de café *commodity*, ainda que os cafés diferenciados pareçam estar ganhando espaço ao longo dos últimos anos.

Por ser um importante *player* no mercado, o Brasil sustenta vantagem comparativa, mantendo-se como grande exportador mundial, se posicionando como um exportador de café verde *commodity*. Das 50,44 milhões de sacas de café exportadas pelo Brasil em

2024, apenas 4,14 milhões (8%) foram de café industrializado, sendo predominantemente café solúvel. Das exportações de café industrializado naquele ano, somente 384 sacas foram de café especial ou *gourmet* (Cecafé, 2024).

Segundo dados da Cecafé (2024), enquanto o valor médio da saca de café verde especial ou *gourmet* exportado ficou próximo a US$ 280,00 FOB, a saca do café torrado especial ou *gourmet* exportado atingiu a cifra de US$ 1.435,35 FOB, o que indica o potencial de agregação de valor do processamento. Assim, há desafios a serem superados quando se trata de cafés torrados. Gomes, Fernandes e Barbosa (2025) identificaram que mesmo com o crescimento da demanda por cafés especiais no mundo, o Brasil é um importador de café torrado, enquanto a Colômbia, por exemplo, é um exportador deste produto.

Como citado, o consumo nacional de café é atendido majoritariamente pela produção interna, representando 22 milhões de sacas (2024/2025), e se mostrando relativamente estável no período de 10 anos, indicando que o aumento da produção tem sido direcionado ao mercado externo. De fato, no período de 10 anos, as exportações brasileiras de café passaram, de 35,5 milhões para 44,8 milhões de sacas de 60Kg, um acréscimo de 26% no período. Já as importações são pouco representativas, atendendo 0,3% do consumo doméstico total (figura 11).

O café verde destina-se principalmente ao processamento em dois grandes subsegmentos no Brasil: torrefação e moagem (produção de café torrado, em grão ou moído - T&M), e produção de café solúvel[6]. Em termos de volume, em 2025 a indústria de T&M produziu 21 milhões de sacas de 60kg, com um faturamento de R$ 46,2 bilhões (ABIC, 2026), enquanto a indústria de café solúvel apresentou uma produção da ordem de 5,4 milhões de sacas, das quais 3,68 milhões foram destinadas ao mercado externo, gerando receita de mais de US$ 01 bilhão (ABICS, 2026).

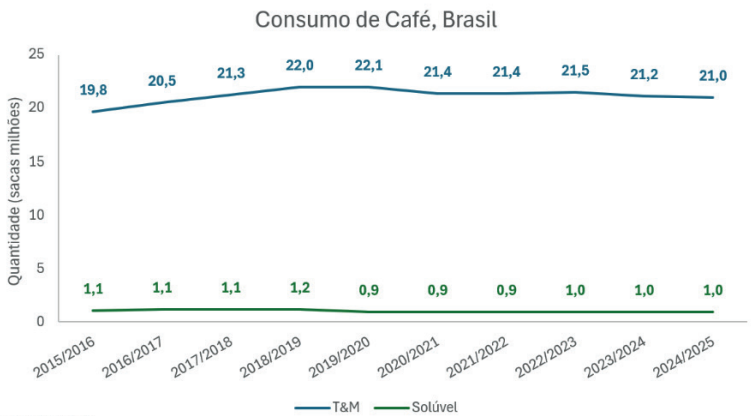
No Brasil, os processos de produção industrial e a estrutura tecnológica e produtiva nos dois subsegmentos são bastante distintos, envolvendo tecnologias e escala consideravelmente maiores para o caso do café solúvel (Saes e Farina, 1999; Vieira e Tannus, 2021). Nesse contexto, a indústria de café solúvel é altamente concentrada: a produção de café solúvel no Brasil é realizada por apenas sete empresas, em oito plantas produtivas, com capacidade anual de processamento de até 132 mil toneladas (ABICS, 2026). No caso do café torrado e moído (T&M), conforme dados da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), em 2025 as torrefadoras de menor porte (nano, micro e pequenas empresas, que processam até 1.000 sacas por mês) representaram juntas 83% das empresas associadas, enquanto as grandes empresas (com mais de 5.000

[6] O café também compõe outros produtos do setor de alimentos e bebidas, como preparados de café (cappuccino, por exemplo), assim como da indústria farmacêutica e de cosméticos.

sacas mensais) compuseram 5% do número total de associadas. No mesmo ano, essas grandes empresas responderam por mais de 87% do volume total, enquanto as nano, micro e pequenas empresas detiveram 4,4% do mercado (ABIC, 2026).

Ao longo dos últimos 10 anos, o consumo de café no Brasil foi suprido principalmente pela indústria de café torrado e moído. Em 2024/2025, do total de 22 milhões de sacas de café consumidas no Brasil, 21 milhões foram de café T&M. Enquanto o consumo de café T&M apresentou aumento de 6% entre 2015/2016 e 2024/2025, o consumo de café solúvel mostrou queda de 12%, o que reforça a preferência do consumidor brasileiro pelo T&M (figura 13).

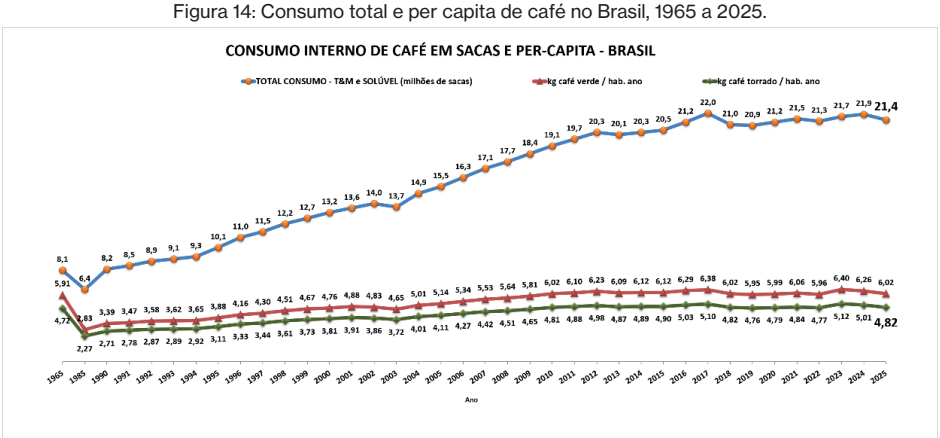
Figura 13: Consumo de café T&M e solúvel, Brasil, 2015/16 a 2024/25.



Fonte: USDA (2026).

Ao se considerar o consumo de café por habitante no país, embora historicamente o consumo per capita de T&M tenha crescido, nos últimos 10 anos ele se mostra relativamente estável, na casa de cerca de 5kg por habitante/ano (figura 14).

Figura 14: Consumo total e per capita de café no Brasil, 1965 a 2025.



Fonte: ABIC, 2026.

A figura 14 apresenta informações gerais sobre o consumo interno de cafés no Brasil em 2024 e 2025, em comparação aos anos anteriores. Enquanto o consumo de café T&M apresenta leve queda, tanto em termos totais quanto per capita, o consumo de café solúvel se mostra em ascensão, apresentando alta de 1,7% entre 2023 e 2024, e de 9,52% entre 2024 e 2025. Essas variações podem ser decorrentes dos altos preços da *commodity* no mercado, o que pode ter encarecido o produto final ao consumidor e impulsionado o consumo de café solúvel, normalmente mais barato que o café T&M.

Figura 15: Consumo interno de café no Brasil, 2024 e 2025.

CONSUMO INTERNO DE CAFÉ 2024

CATEGORIA	ANO ANTERIOR (Nov/22 a Out/23) (scs/ano)	ANO ATUAL (Nov/23 a Out/24) (scs/ano)	VARIAÇÃO %
Indústrias associadas	14.737.540	14.999.060	1,77
Indústrias não-associadas	5.887.690	5.848.560	-0,66
TOTAL DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO	20.625.230	20.847.620	1,08
Indústria de café solúvel	1.050.740	1.068.620	1,70
TOTAL NACIONAL DE CONSUMO DE CAFÉ (scs/ano)	21.675.960	21.916.240	1,11
PER CAPITA			
Consumo per capita: café em grão cru (kg/hab.ano)	6,40	6,26	-2,22
Consumo per capita: café torrado e moído (kg/hab.ano)	5,12	5,01	-2,22

CONSUMO INTERNO DE CAFÉ 2025

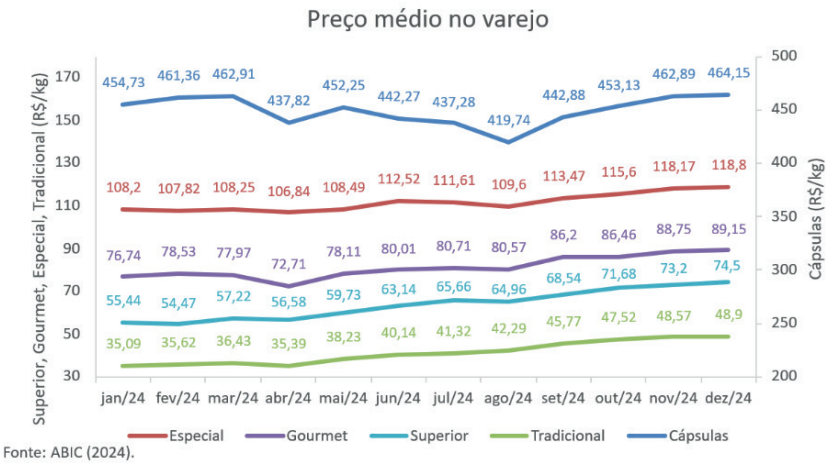
CATEGORIA	ANO ANTERIOR (Nov/23 a Out/24) (scs/ano)	ANO ATUAL (Nov/24 a Out/25) (scs/ano)	VARIAÇÃO %
Indústrias associadas	14.941.960	14.571.480	-2,48
Incústrias não-associadas	5.905.670	5.667.600	-4,03
TOTAL DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO	20.847.620	20.239.080	-2,92
Indústria de café solúvel	1.068.620	1.170.360	9,52
TOTAL NACIONAL DE CONSUMO DE CAFÉ (scs/ano)	21.916.240	21.409.440	-2,31
PER CAPITA			
Consumo per capita: café em grão cru (kg/hab.ano)	6,26	6,02	-3,88
Consumo per capita: café torrado e moído (kg/hab.ano)	5,01	4,82	-3,88

Fonte: ABIC (2025, 2026).

Como já mencionado, o SAG do café engloba uma diversidade de cafés em termos de qualidade, indo desde o café *commodity* até cafés de qualidade excepcional. No varejo, são encontrados diversos tipos e qualidades de café, apresentando-se em diferentes categorias. A figura 16 apresenta os preços médios mensais de cafés no varejo em 2024,

e indica diferenças importantes entre as categorias. Para todos os casos, observa-se aumento de preços entre janeiro e dezembro de 2024, o que também aconteceu em 2025 (ABIC, 2026). Percentualmente, os cafés tradicionais e extrafortes são os que apresentaram maior aumento de preços no período (39,4%), seguidos de cafés superiores (34,4%), café *gourmet* (16,2%), especiais (9,8%) e em capsulas (2,1%) (ABIC, 2026).

Figura 16: Preço médio do café no varejo, 2024.



Fonte: ABIC (2024).

Assim como a montante, a cadeia passa por importantes transformações a jusante. Ainda que a maior parte do consumidor brasileiro consuma o café tradicional ou extraforte, os cafés especiais ou *gourmets* começam a ganhar espaço. Ainda que o consumo de café no Brasil se mostre relativamente estável em termos de quantidade, observam-se importantes mudanças qualitativas. Estudos tem mostrado que as "ondas de consumo" coexistem no mercado brasileiro, indo desde o consumo massivo em casa (primeira onda) até o consumo em cafeterias especializadas com foco em qualidade e origem (terceira onda), por consumidores mais jovens que buscam informações sobre região de procedência e produtor, variedade do grão e métodos de processamento pós-colheita, podem valorizam também outros apelos, como ética e sustentabilidade (Teles; Behrens, 2020; Portela et al., 2026), indicando tendências para o setor, como será visto na próxima seção.

4. TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS E DESAFIOS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CAFÉ

Como demonstrado anteriormente, o Sistema Agroindustrial (SAG) do café é inserido no mercado global e sujeito a diferentes fatores externos e dinâmicos que

moldam a concorrência, levando os agentes à adoção de estratégias diversas. Além disso, a dotação de recursos e capacidades influencia as escolhas estratégicas de cada agente, imersos em um ambiente regulador e que provê incentivos e restrições por meio de regras e políticas públicas.

Nesse contexto, há algumas tendências globais que estão presentes em todos os elos do SAG do café. A sustentabilidade é um dos grandes temas da atualidade, pilar central nos sistemas agroindustriais. Pelo lado da produção, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis como a agricultura regenerativa com a preservação da biodiversidade e a eficiência no uso da água, é vital para mitigar os impactos das mudanças climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição (tripla crise planetária). Já a demanda é impulsionada por consumidores cada vez mais exigentes e conscientes, que valorizam certificações socioambientais, de comércio justo (*fair trade*) e registros de origem. Saber o que há na xícara de café tem feito parte da decisão de consumo.

As respostas estratégicas dos agentes no SAG do café à agenda do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, ambiental e social diferem entre seus elos e entre a heterogeneidade de agentes que o compõem. A utilização de bioinsumos e a prática da agricultura regenerativa, por exemplo, embora mitiguem passivos ecológicos locais, demandam adoção de tecnologia, muitas vezes inacessíveis a pequenos produtores e da agricultura familiar.

A tripla crise planetária está relacionada às maiores emergências ambientais que ameaçam o futuro: a mudança climática, a perda de biodiversidade e a poluição (UNCC, 2026). A atividade agropecuária intensiva tem um papel importante para a mudança climática e perda de biodiversidade, ao passo que é profundamente afetada por esses fatores. As mudanças climáticas têm afetado sobremaneira a produção de café no Brasil, com destaques para Minas Gerais e São Paulo, maiores estados produtores que enfrentam ondas de calor, escassez e irregularidade de chuvas (Anuário, 2025). Para enfrentar este cenário algumas estratégias de mitigação têm sido adotadas, dentre elas está a agricultura regenerativa.

Entende-se como agricultura regenerativa "um conjunto de práticas agrícolas que visa reverter o esgotamento dos recursos naturais causado por modelos de agricultura baseados em insumos químicos externos, agressivos à vida do solo e não adaptados aos ambientes locais" (Mangabeira *et al*., 2025). A adoção de práticas que visam restaurar e melhorar a saúde do solo, a biodiversidade e os ecossistemas como a minimização do revolvimento mecânico e a cobertura permanente do solo (plantas e palhada), a diversificação, rotação de culturas, os sistemas agroflorestais (Lavoura-Pecuária-Floresta)

e o uso de bioinsumos estão entre as práticas adotadas. Na cafeicultura, a verificação de que uma prática agrícola é regenerativa é feita por empresas certificadoras independentes e organismos internacionais, que emitem selos de garantia para os produtos a exemplo do selo "Agricultura Regenerativa" do programa Certifica Minas emitido pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), o Padrão de Agricultura Regenerativa emitido pela *Rainforest Alliance* e o selo regenagri®, emitido pela empresa Illycaffè. Destaca-se que a empresa lançou um café que identifica tanto aspectos de sustentabilidade quanto a origem, o *Arabica Selection Brasile Cerrado Mineiro*, café que garante a preservação do solo, biodiversidade e adaptação climática.

Outro destaque é o crescimento do mercado de bioinsumos ou insumos biológicos na cafeicultura. Os bioinsumos são definidos pelo MAPA (Brasil, 2020) como "produto, processo ou a tecnologia de origem vegetal, animal ou microbiana, destinado ao uso na produção, no armazenamento e no beneficiamento de produtos agropecuários, nos sistemas de produção aquáticos ou de florestas plantadas, que interfiram positivamente no crescimento, no desenvolvimento e no mecanismo de resposta de animais, de plantas, de microrganismos e de substâncias derivadas e que interajam com os produtos e os processos físico-químicos e biológicos". Podem ser biofertilizantes, bioestimulantes, biorestauradores de solo e biodefensivos. O Brasil tem investido em pesquisa e desenvolvimento e na formação de pessoas para ampliar a oferta de diferentes bioinsumos, como fungicidas, nematicidas, inseticidas biológicos (Iwanicki e Delalibera, 2025). Os pesquisadores apontam para a importância da regulamentação brasileira na forma da Lei 4.072, em 2002, que diferenciou produtos biológicos de produtos químicos, permitindo um salto no número de registros de novos bioinsumos no Brasil[7].

Considerando o mercado externo, a *European Union Deforestation Regulation* (EUDR), a nova regulação ambiental da União Europeia, impacta os agentes envolvidos na cadeia produtiva do café que acessam os seus mercados. De acordo com Zanchet, Martins e Espósito (2025), a EUDR tem como objetivo impedir que commodities associadas ao desmatamento entrem no mercado europeu. Para prevenir que isso aconteça, todos os agentes da cadeia precisam cumprir os seguintes requisitos: prover a geolocalização precisa da produção; comprovar de desmatamento zero após 31/12/2020; fornecer documentação fundiária e ambiental completa (CAR, licenças, outorgas); e apresentar declaração de *due diligence* submetida via plataforma oficial da EU com informações sobre a conformidade com a legislação aplicável no país de origem. As exigências devem ser compridas até o final de 2026. Além disso, a regulação de diferentes países ou blocos

[7] Os pilares *Environmental, Social, and Governance* (ESG) representam um conjunto de critérios para avaliar a sustentabilidade, a responsabilidade social e o impacto ético de uma empresa, organização ou cadeia produtiva. Esta tem sido uma busca entre os agentes do SAG do café (GCP, 2026).

econômicos também tende a ser rígida quanto ao uso de agroquímicos e segurança do alimento, reforçando a necessidade de adoção de práticas sustentáveis em todos os elos da cadeia do café. Tais exigências representam mais desafios relacionado à produção do café e à coordenação da cadeia.

Sob a ótica social, constata-se um crescimento na mobilização de mulheres na cafeicultura brasileira. Esse movimento se consolida por meio de capacitações, desenvolvimento de projetos, melhoria na qualidade da produção, participação em concursos e na realização de negócios que geram maior valor agregado para esse público. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) destaca o papel da *International Women´s Coffee Alliance* (AIMC-Brasil) na mobilização, capacitação das mulheres e acesso aos mercados, por exemplo no caso do grupo "Cerejas do Café" (OIA, 2024).

O trabalho é um ponto sensível na cafeicultura. O relatório do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas - Smart Lab21 revela que o cultivo do café foi o segmento com maior número de resgates de trabalho análogo ao escravo, sendo Minas Gerais o estado com maior número de ocorrências[8].

A agricultura familiar tem um importante papel na cafeicultura. De acordo com o Censo Agropecuário (2017), esta categoria foi responsável por cerca de 34% da produção de café Arábica e 55% do café Robusta no Brasil. Embora os pequenos agricultores representem 77% das propriedades rurais no Brasil, eles detêm apenas 23% da área agrícola do país. De acordo com Cardoso, Lourenzani e Bernardo (2026), apesar de a agricultura familiar desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento sustentável, na segurança alimentar e na preservação ambiental, esses produtores ainda enfrentam severas barreiras estruturais. A disparidade na distribuição de terras, somada à heterogeneidade da categoria, ao baixo nível de escolaridade e à restrição de acesso a instrumentos da política pública, culmina em um acesso limitado a novas tecnologias de produção e aos mercados consumidores.

A adoção de estratégias de agregação de valor e valorização dos territórios por meio de certificações e Indicações Geográficas tem sido marcante no SAG do café do Brasil, com possibilidade de fortalecimento da agricultura familiar. Os cafés cultivados em diferentes regiões produtores do país têm um enorme potencial para agregação de valor aos produtores e aos territórios, considerando que o Brasil tem dimensões continentais e abriga uma rica diversidade de terroirs[9] que resultam em diferentes perfis sensoriais.

---

[8] De acordo com OIA (2024), entre 2017 e 2023, a fiscalização do trabalho em Minas Gerais, maior produtor brasileiro de café, encontrou 1.288 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nesta atividade, sendo que 740 destes (77,7%) estavam nas piores formas.

[9] O *terrior* é resultante da interação entre clima, solo, altitude, microbiota e fator humano que confere um perfil sensorial único ao café.

O estado de São Paulo lançou em 2025 o projeto "Rotas do Café"[10], iniciativa que organiza e promove experiências ligadas à produção local, à cultura e às vocações regionais do estado (São Paulo, 2026). O intuito é promover a cultura, o turismo e desenvolver as regiões. O projeto conecta produtores, empreendimentos e destinos em percursos estruturados, que facilitam o planejamento da viagem e ampliam a permanência do turista.

As Indicações Geográficas (IGs) são classificadas como ativos de propriedade industrial cuja função é salvaguardar e conferir reconhecimento a produtos ou serviços associados a uma determinada região notória, ou que apresentem qualidades e atributos intrínsecos decorrentes de seu meio geográfico (INPI, 2026). As IGs podem ser consideradas sob diferentes perspectivas. Sob a perspectiva do desenvolvimento regional, são compreendidas como instrumentos capazes de valorizar recursos territoriais específicos, promover a coordenação entre atores locais e estimular processos de desenvolvimento econômico e social (Fronzaglia, 2020). Ao reconhecer a singularidade dos produtos vinculados ao território, contribuem para a geração de renda, fortalecimento da identidade local, preservação de conhecimentos tradicionais e ampliação das oportunidades de inserção em mercados diferenciados (Niederle, 2014).

Sob a perspectiva da firma, consiste em uma escolha estratégica para qualificar, agregar valor e diferenciar o produto ou serviço do território junto ao mercado consumidor. Tal estratégia depende da capacidade individual e coletiva de utilizar recursos e capacidades para aproveitar as oportunidades e adotar estratégias que resultem em vantagens competitivas (Maiork e Dallabrida, 2015; Niederle, 2014). Vale ressaltar que o mercado consumidor tem mudado, os consumidores têm priorizado alimentos respaldados por certificações e/ou registros de origem, os quais atestam, respectivamente, a conformidade com padrões normativos e o vínculo dos produtos com os territórios (Cardoso, Lourenzani e Bernardo, 2026). Essa preocupação com a origem fundamenta-se na exigência de maior transparência quanto à composição do alimento, avaliação dos impactos socioeconômicos e ambientais gerados por sua produção e valorização de características intangíveis como o saber-fazer local.

No Brasil, há 25 IGs de café, seja Indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO) (INPI, 2026). Os estados de Minas Gerais e São Paulo são os que mais abrigam registros de IGs de café: Minas Gerais - Região do Cerrado Mineiro (IP e DO); Campo das Vertentes (IP); Chapada de Minas Gerais (IP); Matas de Minas (IP); Sudoeste de Minas (IP); Mantiqueira de Minas (DO); Canastra (DO). São Paulo: Alta Mogiana (IP); Região de Pinhal (IP); Região de Garça (IP); Vale da Grama (IP); Torrinha (IP); Nova Alta Paulista (IP); Circuito das Águas Paulista (IP).

[10] A rota do café pode ser acessada em: https://www.rotasdesp.sp.gov.br/rotasdesp/as-rotas/rotas-do-cafe

Várias são as possibilidades de promover uma cafeicultura sustentável, impulsionadora do desenvolvimento territorial e do bem-estar para os agentes envolvidos. No entanto, a implementação de tais estratégias são desafiadoras considerando que há uma diversidade e heterogeneidade de cafeicultores, familiares e não-familiares, envolvidos na produção de café. Há agricultores mais vulneráveis que enfrentam acesso limitado a instrumentos da política pública, com destaque à assistência técnica e extensão rural. Moda *et al*. (2022) apontam para a necessidade da governança ao longo da cadeia para dar suporte aos cafeicultores mais vulneráveis para que consigam cumprir as exigências das certificações e registros, além de melhor comunicação sobre as certificações e registros de origem. Somado a isso, considera-se que limitações associadas às certificações e à produção de cafés especiais apresentam interfaces. Conforme destacam Sera et al. (2025), a necessidade de elevados investimentos em equipamentos, certificações e rastreabilidade restringe a produção de cafés especiais no Brasil a poucos produtores. Segundo os autores, as certificações desempenham um importante papel na garantia da qualidade e da sustentabilidade, sendo essenciais para diferenciar os cafés especiais brasileiros no mercado global.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um dos países mais importantes no mercado global do café. Principal produtor e exportador de café verde, também se consolida como o segundo país que mais consome café no mundo. Embora a produção cafeeira, desde sua introdução no Brasil, tenha sido historicamente voltada para o mercado externo, nas últimas décadas há um direcionamento também ao consumo interno, com movimento particular para nichos de mercado. Nas exportações, permanece a predominância do café verde *commodity*, mas os cafés diferenciados vêm aumentando sua fatia de mercado, tendo EUA e países da Europa como principais destinos. O mercado interno brasileiro, marcado pelo consumo de café torrado e moído (T&M), também abre espaço para os cafés diferenciados, que ganham espaço, com a ampliação do consumo de cafés superiores, *gourmets* e especiais, acompanhado da emergência de cafeterias especializadas em cafés especiais. As importações de café têm sido pouco relevantes em termos de volume e valor, sendo o mercado doméstico majoritariamente suprido pela produção interna.

A inserção no mercado internacional marcada pela exportação de café *commodity* dirige a análise para os elos mais próximos da jusante, na cadeia de valor do café. A produção brasileira de café é marcada pela concentração nos estados Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Rondônia, São Paulo e Paraná. Nos anos recentes,

destaca-se o aumento da produção de robusta com maior avanço nos estados do Espírito Santo e Rondônia.

A grande heterogeneidade dos sistemas de produção de café no Brasil pode ser analisada sob a perspectiva de diversificação de produtos, cada vez mais e melhor caracterizados segundo sua territorialidade, o que abre oportunidades para atender diferentes mercados, desde os mais competitivos, até os nichos de maior valor adicionado.

A sustentabilidade é o pilar central das tendências mais recentes para a cadeia de valor do café. A sustentabilidade é puxada por consumidores cada vez mais exigentes, que valorizam, além da certificação de qualidade intrínseca ao processo e produto, certificações socioambientais, de comércio justo e registro de origem (procedência e produtor), incorporando valores associados à justiça, transparência e ética. Esse novo perfil de consumo, produz um mercado onde coexistem lado a lado, consumidores das distintas ondas de consumo, desde o cafezinho preparado em casa até as cafeterias especializadas com foco em qualidade e origem. Neste processo de mudança, as grandes empresas da indústria e varejo, cada vez mais assumem um papel de governança na cadeia, que anteriormente era ocupado pelo estado.

Na produção, o valor atribuído à sustentabilidade abre oportunidades para a adoção de sistemas agroflorestais (SAF); sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF); práticas de agricultura regenerativa e preservação de biodiversidade; práticas para eficiência no uso da água; e emprego de bioinsumos. O desafio está na inserção heterogênea dessas práticas, que demandam adoção de novas tecnologias, muitas vezes inacessíveis a pequenos produtores e da agricultura familiar, responsáveis por parcela representativa da produção nacional de café. Portanto, ainda que haja avanço na mitigação dos efeitos adversos das mudanças climáticas, estas têm afetado a produção de café no Brasil, com destaques para Minas Gerais e São Paulo, maiores estados produtores que enfrentam ondas de calor, escassez e irregularidade de chuvas.

As Indicações Geográficas ganharam centralidade neste processo de mudança sistêmica, como estratégia de adição de valor, em resposta às exigências socioambientais e como instrumento de promoção do desenvolvimento territorial. Assegurar o desenvolvimento territorial e a inclusão social, requer fortalecer a governança e prover suporte técnico institucional à agricultura familiar, permitindo que os pequenos produtores superem as barreiras do mercado e se beneficiem diretamente do valor gerado pela cafeicultura.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO Brasileiro do café 2025 **Brazilian coffee yearbook**. Benno Bernardo Kist *et al*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2025. 80 p. il. ISSN 1808-3439.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC). **Certificações**. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: https://www.abic.com.br/certificacoes/. Acesso em: 24 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC). **Indicadores da indústria**. Rio de Janeiro: ABIC, [2026]. Disponível em: https://www.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/. Acesso em: 10 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC). **Origem do café**. Rio de Janeiro: ABIC, [2026]. Disponível em: https://www.abic.com.br/tudo-de-cafe/origem-do-cafe/. Acesso em: 06 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL (ABICS). **Descubra a ABICS**. São Paulo: ABICS, [2026]. Disponível em: https://abics.com.br/descubra-a-abics/. Acesso em: 03 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL (ABICS). **Relatório Café Solúvel Brasil 2024**. São Paulo: ABICS, jan. 2025. Disponível em: https://abics.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Relatorio-Cafe-Soluvel-Brasil-2024-pdf-1.pdf. Acesso em: 03 maio 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO (ABAG-RP). Capítulo 2: Café. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO. **Caminhos do Prato**. Ribeirão Preto: ABAG-RP, [2026]. Disponível em: https://www.abagrp.org.br/capitulo-02-cafe. Acesso em: 10 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS (BSCA). **Quem somos**. Varginha: BSCA, [2026]. Disponível em: https://www.bsca.com.br/quem-somos/. Acesso em: 13 jun. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS (BSCA). **Quem somos**: a história da BSCA. Varginha: BSCA, [2026]. Disponível em: https://www.bsca.com.br/quem-somos/. Acesso em: 01 jun. 2026.

BATALHA, M. O. (org.). **Gestão agroindustrial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

CARDOSO, V.; LOURENZANI, A. E. B. S.; BERNARDO, C. H. C. Coffee Geographical Indications (GIs) in Brazil: an analysis through the perspective of meso-institutions**. Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 64, e293197, 2026. DOI: 10.1590/1806-9479.2026.293197.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Ativos do Café - Campo Futuro**: maio 2025. Brasília, DF: CNA, maio 2025. Disponível em: https://cnabrasil.org.br/storage/arquivos/pdf/ativos-cafe-campo-futuro-maio2025.pdf. Acesso em: 24 jun. 2026.

CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL (CECAFÉ). **Relatório mensal de exportações**: dezembro 2024. São Paulo: Cecafé, jan. 2025. Disponível em: https://www.cecafe.com.br/publicacoes/relatorio-de-exportacoes/. Acesso em: 01 jun. 2026.

EMBRAPA CAFÉ. **Consórcio Pesquisa Café**: apresentação. Disponível em: https://www.embrapa.br/web/cafe/consorcio-pesquisa-cafe/apresentacao-do-consorcio. Acesso em: 24 jun. 2026.

FERREIRA, Williams Pinto Marques (ed. téc.). **Boas práticas agrícolas aplicadas à lavoura cafeeira para o estado de Minas Gerais**. Brasília, DF: Embrapa Café, 2022. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1148365/boas-praticas-agricolas-aplicadas-a-lavoura-cafeeira-para-o-estado-de-minas-gerais. Acesso em 04 jun 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. FAO. **Transforming food and agriculture through a systems approach**. 2025a. Rome. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cd6071en . Acesso em 11 jul 2025.

FRONZAGLIA, T. Desafios da avaliação das indicações geográficas: uma revisão da literatura. In: VIEIRA, A. C. P. BRUCH, K. L. LOCATELLI, L. (org.) **Propriedade intelectual, desenvolvimento e inovação: desafios para o futuro**. Ponta Grossa: Aya, 2020. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1125474. Acesso em: 11 jun. 2026.

GOMES, M. L. de A.; FERNANDES, E.; BARBOSA, M. R. Competitividade internacional do café: uma análise comparativa entre Brasil e Colômbia (2003-2022). **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 23, n. 1, p. 01-19, 2025.

HOSPES, Otto; BRONS, Anke. Food system governance: a systematic literature review. In: KENNEDY, Amanda; LILJEBLAD, Jonathan (ed.). **Food Systems Governance**. London: Routledge, 2016. cap. 2. DOI https://doi.org/10.4324/9781315674957-2 . Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315674957-2/food-systemgovernance-otto-hospes-anke-brons . Acesso em: 28 mai 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: banco de dados agregados. Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: 15 maio 2026.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Agrícola Municipal**: banco de dados agregados. Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas. Acesso em: 24 jun. 2026.

Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). **Serviços**: Indicação Geográfica. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos. Acesso em 5 de jun. 2026.

IWANICKI, N. S.; DELALIBERA, I. Panorama dos bioinsumos no Brasil e no mundo. **Visão Agrícola**, v. 15, p. 10-14, 2025.

MANGABEIRA, J. A. C. *et al*. **Protocolo padrão de agricultura regenerativa sustentável no Brasil**. Instituto de Economia, UNICAMP, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lucas-Ferreira-Lima/publication/394105671_Protocolo_Padrao_de_Agricultura_Regenerativa_Sustentavel_no_Brasil_POR_Standard_Protocol_for_Sustainable_Regenerative_Agriculture_in_Brazil_ENG/links/68e42e45ffdca73694b5b89e/. Acesso em: 8 de jun., 2026.

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Cultivarweb**: Registro Nacional de Cultivares - RNC. Brasília, DF: MAPA, 2026. Disponível em: https://sistemas.agricultura.gov.br/snpc/cultivarweb/cultivares_registradas.php. Acesso em: 22 jun. 2026.

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Portaria SDA Nº 570, de 9 de maio de 2022**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sda-n-570-de-9-de-maio-de-2022-398971389. Acesso em 15 jun 2026.

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP)**. Brasília, DF: MAPA, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp. Acesso em: 02 jun. 2026.

MODA, Laleska Rossi *et al*. Brazilian Coffee Sustainability, Production, and Certification. *In*: **Sustainable Agricultural Value Chain**. Alem, H., & Ranjan Jena, P. (Eds). IntechOpen. https://doi.org/10.5772/intechopen.94780 [S. l.]: IntechOpen, 2022. Disponível em: https://www.intechopen.com/chapters/82070. Acesso em: 20 jun. 2026. doi: 10.5772/intechopen.105135 .

NIEDERLE, Paulo A. Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das Indicações Geográficas. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 4, n. 2, p. 21-43, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Cadeia produtiva do café**: avanços e desafios rumo à promoção do trabalho decente: análise situacional. Genebra: OIT, 2024. Disponível em:< https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-08/cadeia%20produtiva%20-%20Cafe%20-%20BRA%20-%20web_15_ago.pdf >. Acesso em: 10 jun. 2026.

PORTELA, C.; VIENCZ, T.; PIMENTEL, T.C.; BENASSI, M.T. Behavior patterns of coffee consumption in Brazil and the United States of America: a social media analysis. **British Food Journal**, v. 127, n. 12, 2025, pp. 4210-4225. DOI : https://doi.org/10.1108/BFJ-11-2024-1120 .

SAES, Maria Sylvia Macchione; FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. **O agribusiness do café no Brasil**. São Paulo: Milkbizz, 1999. 230 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo e Viagens. **Rotas do Café**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, [2025 ou 2026]. Disponível em: https://www.rotasdesp.sp.gov.br/rotasdesp/as-rotas/rotas-do-cafe. Acesso em: 20 jun. 2026.

SERA, G.H., VOLSI, B., MARIUCCI JUNIOR, V. *et al.* Production and trade of specialty coffee in Brazil. ***Science Report, v*** 15 (2025). https://doi.org/10.1038/s41598-025-26620-x

TELES, C. R. A.; BEHRENS, J. H. The waves of coffee and the emergence of the new Brazilian consumer. *In*: ALMEIDA, Luciana Florêncio de; SPERS, Eduardo Eugênio (Ed.). **Coffee Consumption and Industry Strategies in Brazil**. Duxford: Woodhead Publishing, 2020. p. 257-273.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. **What is the Triple Planetary Crisis?** https://unfccc.int/news/what-is-the-triple-planetary-crisis.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). Foreign Agricultural Service. **Production, Supply and Distribution (PSD) Online**: Advanced Query. Washington, D.C.: USDA, [2026]. Disponível em: https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/advQuery. Acesso em: 20 jun. 2026.

VIEIRA, G.A.B; TANNUS, S. **Concentração da indústria cafeeira no Brasil de 2007 a 2019**. Revista Tecnologia & Agronegócio, Jales, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: https://www.fatecjales.edu.br/revista-agro/images/artigos/1a_edicao/volume10-1/concentracao-da-industria-cafeeira-no-brasil-de-2007-a-2019.pdf. Acesso em: 01 jun. 2026.

VOLSI, Bruno; TELLES, Tiago Santos; CALDARELLI, Carlos Eduardo; CÂMARA, Marcia Regina Gabardo da. The dynamics of coffee production in Brazil. **PLoS ONE**, v. 14, n. 7, e0219742, p. 1-15, jul. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0219742. Acesso em: 02 fev 2025

YUSUF, Mochammad; SUROSO, Arif Imam; HARYONO, Adi; SUMARWAN, Ujang; SUHENDI, Suhendi. Global Value Chain Competitiveness in the Coffee Industry: A Systematic Literature Review. **Coffee Science**, *[S. l.]*, v. 21, p. e212417, 2026. DOI: 10.25186/.v21i.2417. Disponível em: https://coffeescience.ufla.br/index.php/Coffeescience/article/view/2417 . Acesso em: 13 jun. 2026.

ZANCHET, A.; MARTINS, T.; ESPÓSITO, J. G. **Tudo sobre a EUDR**: O que é, quem será afetado e como se preparar. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/438384/tudo-sobre-a-eudr-o-que-e-quem-sera-afetado-e-como-se-preparar. Acesso em: 8 de jun., 2026.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. *In*: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava (org.). **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 1-22.

SOBRE OS ORGANIZADORES

RUBMARA KETZER OLIVEIRA

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Pós-doutoranda (Bolsa FAPESP no 2024/17498-6) na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP). Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrado e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Possui MBA em Gestão Escolar e MBA em Data Science & Analytics (USP), além de especialização em Solos e Nutrição de Plantas (ESALQ/USP). Seus interesses de pesquisa e atuação profissional concentram-se nas áreas de Gestão, Educação, Inovação e Tecnologias.

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6963-3074

EDUARDO EUGÊNIO SPERS

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Realizou pós-doutorado na Wageningen University & Research (WUR – Países Baixos) e doutorado em Administração na Universidade de São Paulo (USP – Brasil). Atualmente é pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), professor titular e chefe do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP.

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8057-3460

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agregação de valor 15, 50, 63, 69, 75, 94, 96, 102, 104, 112, 115, 154, 155, 159, 160, 163, 166, 173, 174, 178, 186, 189, 192, 201, 209, 210, 219, 227, 230, 233, 236
Alta Mogiana 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 76, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 176, 181, 183, 184, 185, 186, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 227, 230, 232, 239, 241, 243, 245
Autenticidade alimentar 219, 233, 236

C

Cadeia do café 51, 58, 75, 92, 171, 178, 179, 180, 184, 185, 189, 192, 193, 199, 211
Café 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 33, 39, 40, 42, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 146, 155, 156, 159, 164, 165, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246
Café especial 1, 2, 3, 6, 7, 59, 69, 82, 109, 121, 164, 209, 210, 219, 224, 225, 226, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238
Cafeicultura 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 46, 47, 49, 50, 51, 59, 61, 74, 75, 77, 78, 82, 86, 88, 89, 93, 101, 103, 105, 109, 111, 113, 115, 116, 141, 156, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 182, 184, 190, 195, 201, 204, 208, 209, 211, 213, 217, 224, 227, 232
Cafés especiais 1, 2, 3, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 29, 35, 37, 38, 40, 46, 47, 49, 58, 59, 61, 68, 69, 72, 77, 82, 84, 90, 91, 97, 98, 101, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 139, 141, 163, 165, 173, 174, 180, 181, 195, 201, 206, 207, 208,

211, 215, 218, 219, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 236, 238, 239, 243, 244, 245
Carbono orgânico 26, 27, 29, 43, 44, 45, 46, 48, 49
Comportamento do consumidor 83, 109, 238
Comunicação mercadológica 219
Conflito 132, 134, 135, 136, 141, 146, 147, 148, 149, 153, 155, 160, 161, 162
Consumo simbólico 219, 236, 237
Coordenação 22, 51, 52, 59, 61, 75, 76, 92, 96, 97, 108, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 139, 141, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 178, 190, 191, 192, 195, 197, 199

D

Desenvolvimento regional 16, 17, 23, 25, 76, 81, 92, 96, 108, 110, 111
Desenvolvimento territorial 9, 11, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 50, 77, 78, 92, 94, 100, 103, 105, 106, 123, 141, 145, 160, 164, 170, 174, 176, 177, 184, 200
Diferenciação mercadológica 108, 109, 112, 120, 146, 148, 178, 189, 192, 206, 207, 212, 228

E

Economia da experiência 219, 236, 237
Ecossistema de inovação 146, 150
Educação rural 164
Emoções 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246
Empreendedorismo 94, 173, 175
Engajamento 1, 3, 5, 7, 8, 116, 120, 156, 169, 194, 220
Ensino técnico 164, 167, 168, 174, 175, 176, 177
Extensão rural 60, 77, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106

F

Formação territorial 9, 10, 23

G

Generatividade 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 161
Governança 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 50, 61, 77, 78, 94, 95, 96, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 171, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 199, 202, 203, 211

Governança territorial 5, 18, 95, 96, 99, 105, 106, 108, 110, 112, 113, 116, 135, 146, 148, 151, 160, 184, 192

I

Identidade 13, 15, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 37, 47, 49, 76, 90, 100, 103, 105, 109, 110, 111, 112, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 138, 142, 144, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 169, 170, 177, 188, 195, 197, 207, 213, 215, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 230, 232, 237
Identificação Geográfica 1, 5
Indicação Geográfica 1, 2, 3, 5, 7, 9, 11, 15, 16, 21, 26, 27, 28, 33, 38, 40, 46, 49, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 137, 143, 144, 145, 150, 159, 160, 163, 165, 166, 170, 176, 199, 206, 207, 208, 215, 238, 244, 245
Indicações Geográficas 2, 9, 11, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 50, 52, 58, 75, 76, 78, 80, 81, 83, 84, 87, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 164, 166, 167, 169, 170, 176, 178, 179, 180, 184, 187, 193, 194, 204, 214, 215, 219, 220, 231, 236, 237, 238

M

Manejo do solo 201, 207, 208, 213
Marketing territorial 122, 219, 231, 233, 236, 237
Mercado mundial de café 51
Motivação 238, 239, 242, 243, 244

N

Neutralidade de carbono 178, 179, 181, 188, 189, 192, 199

O

Origem 4, 6, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 53, 56, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 92, 97, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 146, 148, 149, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 174, 177, 178, 180, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 208, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 232, 233, 236, 238, 241, 243, 244, 245

P

Planejamento estratégico 97, 108, 109, 110, 118, 120, 175

Poder 6, 7, 16, 124, 127, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 167, 179, 201

R

Regulamentos oficiais 94
Resiliência produtiva 27, 188

S

SAG do café 51, 52, 58, 59, 60, 61, 71, 73, 74, 75
Sensoriamento remoto 27, 29, 42
Setor cafeeiro 51, 52, 111, 113, 115, 142, 144, 169, 170, 173, 174, 178, 181, 185
SSGI 179, 184, 185, 194, 196, 199
Stakeholders 1, 2, 3, 5, 6, 7, 108, 207
Sustentabilidade 5, 9, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 49, 50, 60, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 89, 103, 104, 107, 112, 117, 118, 121, 136, 140, 141, 143, 164, 167, 171, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 215, 216, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236

T

Território 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 29, 46, 48, 49, 76, 82, 83, 84, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 105, 107, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 170, 176, 177, 178, 184, 185, 187, 191, 194, 197, 200, 206, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 230, 232, 235, 236, 238, 241, 243, 244
Turismo rural 7, 9, 100, 103, 116, 117, 141, 199, 201

V

Variabilidade climática 27, 32

EDITORA ARTEMIS
2026